

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

CNPJ Nº 33.657.248/0001-89

SISTEMA BNDES

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – SISTEMA BNDES

EXERCÍCIO DE 2016

Senhor acionista e demais interessados:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias e em linha com as melhores práticas de governança corporativa, apresentamos o Relatório da Administração do Sistema BNDES relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

I. AMBIENTE MACROECONÔMICO

O cenário internacional em 2016 pode ser caracterizado por dois períodos bastante distintos. Inicialmente, a conjuntura externa era extremamente benigna para os mercados emergentes, com as economias avançadas ainda adotando amplos estímulos monetários como forma de fomentar o nível de atividade. Essa postura se traduziu em taxas de juros extremamente baixas (e até mesmo negativas em alguns casos), nas principais economias avançadas. Dessa forma, a liquidez internacional se manteve elevada, gerando amplos fluxos de capitais para os mercados emergentes. Houve, inclusive, alguma recuperação tanto das condições globais de crédito, quanto do nível de atividade nos mercados emergentes.

Todavia, essa configuração se modificou consideravelmente com a vitória do republicano Donald Trump nas eleições americanas, no início de novembro de 2016. Como consequência de suas propostas ao longo da campanha eleitoral, consolidou-se a percepção de que o processo de normalização da política monetária nos EUA ocorreria de maneira mais célere, gerando impactos relevantes tanto nos ativos financeiros quanto nos fluxos de capitais para mercados emergentes.

O cenário doméstico, de forma geral, foi marcado pela frustração na recuperação do nível de atividade. Os indicadores de confiança, que exibiram resultados positivos expressivos em boa parte do ano, mostraram sinais de arrefecimento no final do ano. Os segmentos de varejo e de serviços continuaram a exibir fragilidade, refletindo tanto o processo de distensão no mercado de trabalho – alta do desemprego e queda de salários reais –, quanto as condições restritivas do mercado de crédito bancário. Os níveis de ociosidade continuaram bastante elevados, sobretudo na indústria de transformação, afetando, de maneira acentuada, qualquer processo de recuperação dos investimentos. Como consequência, o PIB registrou nova queda em 2016.

Os indicadores operacionais do BNDES seguiram refletindo a situação da indústria e da economia como um todo, não apontando, ainda, para um movimento claro de ascensão na demanda por recursos do Banco. Os desembolsos atingiram R\$ 88 bilhões em 2016, com retração nominal de 35% frente a 2015. No entanto, os esforços do BNDES como indutor para a recuperação da atividade econômica continuam ocorrendo. Nesse sentido, os desembolsos do produto BNDES Automático apresentaram expansão, crescendo 9% no ano, em comparação com 2015. Destaque também para os programas agrícolas do Governo Federal, que totalizaram R\$ 15,7 bilhões em 2016, com alta de 16,9% frente ao ano de 2015 (54% desse valor é operacionalizado pelo BNDES Automático), e para o BNDES Progeren (programa destinado ao financiamento de capital de giro das empresas), que respondeu por R\$ 2,7 bilhões – alta de 68% em relação a 2015. Vale registrar que, do total dos desembolsos do Progeren, mais de 70% destinou-se às micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), beneficiadas pela revisão recente do programa.

Em 2016, a inflação foi beneficiada não somente pelo forte hiato negativo do produto, mas também pela dissipação do choque de preços dos gêneros alimentícios, ocorrido no 1º semestre. Nesse sentido, o Banco Central iniciou o ciclo de flexibilização monetária, com duas reduções de 25 pontos básicos da taxa básica de juros, em outubro e novembro.

Sob o ponto de vista fiscal, o ano de 2016 se caracterizou pelo início da implementação de reformas estruturais – aprovação da PEC do Teto dos Gastos e apresentação da Reforma da Previdência – e pela deterioração da crise dos Estados. Do ponto de vista conjuntura, a queda na arrecadação tributária, juntamente com aumento de gastos obrigatórios, deteriorou o resultado primário e a trajetória de endividamento, que permanecem desfavoráveis em uma perspectiva de curto/médio prazo.

Por fim, as contas externas mostraram forte processo de ajustamento em 2016, reflexo, fundamentalmente, da queda da absorção doméstica e dos efeitos defasados da depreciação cambial de 2015. Boa parte do processo de reversão do déficit em conta corrente deve-se ao robusto superávit comercial.

II. DESTAQUES DE 2016

Acordos, Memorandos e Outros

- Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Defesa**, para o desenvolvimento da indústria de defesa no Brasil com o objetivo de desenvolver uma base industrial de defesa.
- Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União (CGU)**, com o compromisso, de ambas as partes, em ampliar as ações de articulação e promover o intercâmbio de experiências e informações, visando o aprimoramento do programa de integridade do BNDES e das respectivas atribuições institucionais.
- Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção**, uma iniciativa coordenada pelo Instituto Ethos, baseado na Convenção da ONU contra a Corrupção, na Carta de Princípios de Responsabilidade Social, no 10º princípio do Pacto Global e nas diretrizes da OCDE.
- Termo de Cooperação Técnica com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI)**, para construção de uma agenda estratégica no país sobre Internet das Coisas (IoT). Foram lançadas, ainda, duas iniciativas relacionadas ao tema: contratação de estudo a ser conduzido pelo consórcio composto pela consultoria McKinsey, a Fundação CPqD e o escritório de advocacia Pereira Neto/Macedo Associados, e consulta pública do MCTI para subsidiar tanto o estudo do BNDES quanto a elaboração do Plano Nacional de IoT.
- Acordo de Cooperação Técnica com a Confederação Nacional da Indústria (CNI)**, para promover o acesso das empresas, em especial às micro, pequenas e médias empresas às linhas de financiamento do BNDES e ao fomento de investimentos que aumentem a produtividade, a sustentabilidade e a competitividade da indústria brasileira.
- Memorando com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e o Estado do Maranhão**, com o objetivo de apoiar a execução de projetos para o fortalecimento de empreendimentos econômicos coletivos de comunidades de baixa renda, selecionados por meio de chamadas públicas.
- Memorando de Entendimento (MoU) com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)**, a fim de desenvolver parcerias direcionadas a investimentos inovadores e sustentáveis, com foco na geração de emprego e renda no Brasil.

Nova Política de Dividendos

Após negociações com seu acionista único ao longo 2016, em janeiro de 2017 foi aprovada a nova Política de Dividendos do Banco, que busca fortalecer sua estrutura de capital mediante os seguintes dispositivos: (i) limitação de pagamento de dividendos ao Tesouro Nacional a 60% do resultado; e (ii) garantia de incorporação de, pelo menos, 40% do resultado ao capital.

Prêmio Innovative Trading

Reconhecimento à primeira operação de financiamento à exportação de aeronaves na modalidade *on-lending* (repasse), realizada com o The Export-Import Bank of China (CEXIM).

Mudanças na Alta Administração

Em junho, Maria Silvia Bastos Marques assumiu a presidência do BNDES. Maria Silvia é mestre e doutora em Economia pela Fundação Getúlio Vargas, graduada em Administração Pública e tem uma longa carreira como executiva nos setores público e privado.

Também assumiu uma nova Diretoria, composta por oito diretores, entre empregados de carreira e profissionais de mercado.

Reorganização administrativa

Definição da nova organização dos departamentos do BNDES com o objetivo de obter mais sinergias entre as áreas, facilitando o entrosamento e o fluxo de comunicação entre os empregados.

Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA)

Ingresso do BNDES na ENCCLA, um grupo que reúne cerca de 70 órgãos dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, nos níveis federal e estadual, além da sociedade civil com o objetivo de traçar metas e estabelecer ações de políticas públicas para impedir crimes de corrupção e lavagem de dinheiro.

Séries Históricas Financeiras

Divulgação semestral, no Portal do BNDES na Internet, de séries históricas de informações financeiras do Sistema BNDES em planilhas eletrônicas. Ver "BNDES Transparente/Sítio do BNDES e Redes Sociais".

Novos Indicadores de Desempenho

Divulgação mensal de indicadores de desempenho operacional do Banco, por meio do informativo "Notas para Imprensa" e de séries históricas setoriais. Ver "BNDES Transparente/Sítio do BNDES e Redes Sociais".

Informações de Renda Variável

Divulgação, no Portal do BNDES na Internet, de informações completas sobre os investimentos da carteira de renda variável do Sistema BNDES para o período de 2007 a 2016. Ver "BNDES Transparente/Sítio do BNDES e Redes Sociais".

Política Corporativa de Compliance e Programa de Integridade

Aprovadas pelo Conselho de Administração, a Política Corporativa de *Compliance* e o Programa de Integridade objetivam aprimorar a gestão e reforçar a cultura de *compliance* no BNDES. Enquanto a Política de *Compliance* formaliza as diretrizes e atribui as responsabilidades para a gestão do tema na instituição, o Programa de Integridade reúne os procedimentos que hoje existem no BNDES para o combate à fraude.

Alinhamento organizacional e estratégico

Após a mudança de gestão, foi realizado *workshop* interno, com diretoria e os superintendentes, para alinhamento organizacional, que definiu princípios e diretrizes estratégicas que, em conjunto com a Missão, Visão e Valores pautam atividades e relacionamentos do BNDES para o período 2017-2018.

Foram estabelecidos como princípios da instituição: transparência, efetividade (impacto e sustentabilidade, e monitoramento e avaliação de resultados), clareza de prioridades, eficiência (controle de custos, agilidade, simplificação de políticas e processos), senso de urgência e visão de cliente.

As dez novas diretrizes estratégicas são:

- Critério seletivo de apoio financeiro priorizando o uso da TJLP para incentivo a projetos com retorno social maior do que privado;
- Alavancagem no uso de recursos via atuação diversificada como garantidor de operações, estruturador de operações ou coordenador de processos de desestatização;
- Ampliação de acesso ao crédito, fortalecendo o empreendedorismo com mais competitividade das micro, pequenas e médias empresas (MPME) e inclusão social e econômica via microcrédito;
- Infraestrutura com grandes externalidades positivas (saneamento e transporte);
- Indústria, destacando produtividade, competitividade, inovação e difusão tecnológica;
- Exportação, viabilizando a inserção de empresas brasileiras em cadeias globais de valor;
- Desestatização, atuando na articulação e estruturação de operações de concessão ou privatização de ativos estatais, dando suporte proativo a Estados, Municípios e ao Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do Governo Federal;
- Fortalecimento do mercado de capitais e da governança das empresas, promovendo a adoção de melhores práticas de governança corporativa e estimulando o desenvolvimento do mercado brasileiro de capitais por meio de instrumentos como debêntures e fundos de participação;
- Meio ambiente, com ênfase em energias alternativas e proteção ambiental e reforço do compromisso do BNDES com projetos de alta efetividade e que preferencialmente combinem as dimensões de impacto e sustentabilidade econômica, social e ambiental; e
- Papel de formulador e influenciador de políticas públicas, resgatando o papel de formulador e indutor de políticas voltadas para o desenvolvimento nacional.

III. DESEMPENHO OPERACIONAL

Política Operacional

Em 2016, as Políticas Operacionais do BNDES passaram por dois momentos de revisão. No primeiro, no início do ano, o BNDES passou a oferecer melhores condições de taxa e nível de participação para setores considerados prioritários (inovação, infraestrutura, energias renováveis, transporte público de massa, transporte hidroviário e ferroviário, saneamento e melhoria da gestão pública), projetos de meio ambiente, investimentos sociais das empresas, e micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). Manteve-se o uso de referenciais de custo de mercado nos financiamentos e a possibilidade de atuação de outras fontes no financiamento de longo prazo. Nesse sentido, a possibilidade de aumento de participação, utilizando referenciais de mercado do BNDES, que era de até 90%, foi reduzida para até 80%, garantindo-se, assim, o *funding* para execução do projeto, concomitante ao estímulo à utilização de outras fontes de financiamento.

O último processo de revisão, que ocorreu no segundo semestre de 2016, teve como diretriz a seletividade no uso da TJLP, privilegiando projetos com maior retorno social, independentemente do setor em que se originam. As novas condições passaram a refletir atributos dos projetos apoiados baseados em qualificadores, permitindo uma atuação mais horizontal do BNDES.

No BNDES FINEM, foram criadas, para projetos de investimentos, quatro linhas de financiamento: Incentivada A (80% de TJLP), Incentivada B (60% de TJLP), Padrão A (30% de TJLP) e Padrão B (Mercado). As prioridades definidas na Linha Incentivada A foram: Inovação, Saúde, Educação, Segurança e Assistência Social (atendimento público), MPMEs, Modernização da Gestão Pública e Meio Ambiente.

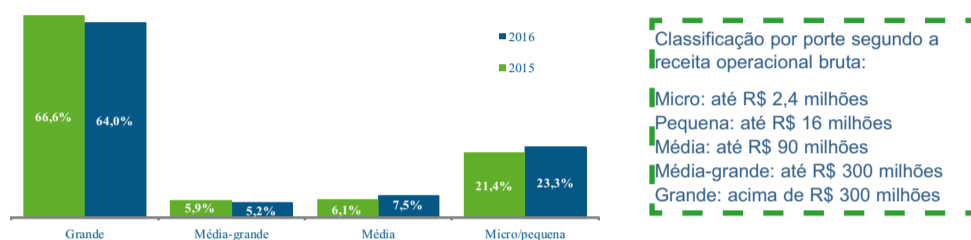
No caso de Projetos de Infraestrutura previstos no Programa de Parceria de Investimentos (PPI), foram criadas seis linhas de financiamento, que variam de 80% a 0% de TJLP. Foram priorizados em infraestrutura os seguintes segmentos: Saneamento, Geração de Energia Solar e Mobilidade (sistema sobre trilhos ou BRTs).

As novas Políticas Operacionais também expandiram de R\$ 90 milhões para R\$ 300 milhões o teto da Receita Operacional Bruta de empresas classificadas como MPMEs. Como principal consequência desse aumento, empresas com ROB entre R\$ 90 milhões e R\$ 300 milhões passaram a ter acesso ao Cartão BNDES, que também teve seu limite ampliado de R\$ 1 milhão para R\$ 2 milhões. Destaca-se que, no BNDES Automático, as MPMEs têm acesso a financiamento com 80% de participação de TJLP independentemente do setor. Já no FINAME, houve ampliação do prazo de financiamento de cinco para 10 anos.

As Políticas Operacionais buscam ainda apoiar o fortalecimento da governança das empresas, por meio do incentivo a boas práticas corporativas das empresas financiadas. Além disso, são estabelecidas restrições ao pagamento de dividendos acima de 25% do lucro líquido por parte dos beneficiários de financiamento com participação em TJLP igual ou superior a 50%.

Perfil dos Desembolsos

Desembolsos por Porte (R\$ milhões)



Classificação por porte segundo a receita operacional bruta:

Micro: até R\$ 2,4 milhões

Pequena: até R\$ 16 milhões

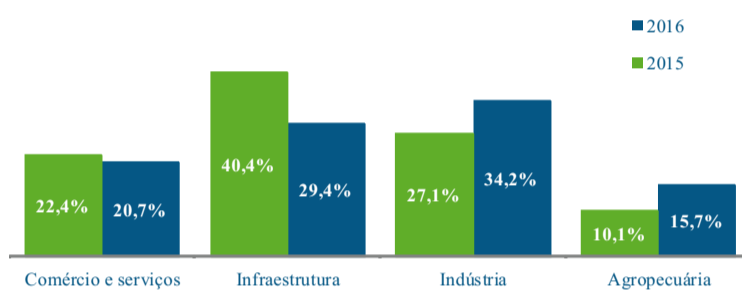
Média: até R\$ 90 milhões

Média-grande: até R\$ 300 milhões

Grande: acima de R\$ 300 milhões

Em 2016, foram realizadas 529 mil operações com micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), o equivalente a 96% do total de operações do Banco. Exceto pelo segmento de médias-grandes empresas, que apresentou crescimento de 10,9% no volume de operações, os demais segmentos apresentaram queda no volume de operações em 2016.

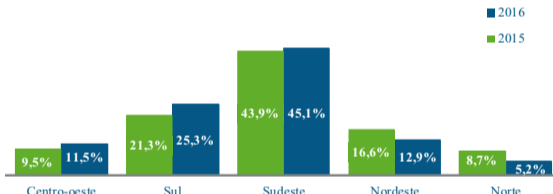
Desembolsos por Setor (R\$ milhões)



Em 2016, destacam-se, no setor industrial, os desembolsos aos segmentos de material de transporte (42,0%) e alimentos e bebidas (10,1%), enquanto, no setor de infraestrutura, destacam-se os segmentos de transportes* (44,7%) e energia elétrica (37,1%).

*Inclui transportes rodoviário (terrestre de carga e passageiro), aquaviário, aéreo, metroviário e ferroviário e concessões de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos.

Desembolsos por Região (R\$ milhões)



Em 2016, destaque, em suas respectivas regiões, para: Bahia (33,5%), Pará (58,6%), São Paulo (57,5%), Paraná (44,1%) e Mato Grosso (44,8%).

IV. FINANCIAMENTO E GERAÇÃO DE EMPREGOS

Os projetos de investimento financiados pelo BNDES têm relação direta com a geração de emprego e renda na economia, seja por consistirem em estímulos ao dinamismo da economia real, seja pela dimensão dos recursos envolvidos.

As estimativas da quantidade de trabalhadores necessários (emprego gerado ou mantido) na fase de implantação dos investimentos apoiados pelo Banco são obtidas pelo Modelo de Geração de Empregos do BNDES (MGE), um modelo insumo-produto para a economia brasileira, que utiliza dados oficiais do Sistema de Contas Nacionais e da última Matriz Insumo-Produto (2005) divulgados pelo IBGE. É importante frisar que o número de postos de trabalho resultante do MGE não corresponde à geração líquida de empregos na economia, mas sim ao volume médio de emprego necessário para viabilizar os investimentos.

O volume de emprego estimado pode ser decomposto em dois tipos:

- emprego direto – aquele que ocorre no setor que fornece produtos da formação bruta de capital fixo para os projetos apoiados pelo Banco, ou seja, principalmente na construção civil, na fabricação de máquinas e equipamentos e no comércio; e
- emprego indireto – corresponde aos postos de trabalho das cadeias produtivas que atendem aos setores afetados diretamente pelos investimentos apoiados.

Emprego Gerado ou Mantido na Implantação de Investimentos Apoiados pelo BNDES

(desembolsos e aumento de demanda final em R\$ milhões correntes e emprego em milhares de postos de trabalho)

Período	Desembolso	Aumento de demanda		Emprego		
		final ¹	Direto	Indireto	Total	
2S/15	67.172	59.515	663	557	1.220	
2015	135.942	121.072	1.351	1.127	2.478	
2S/16	48.131	34.321	385	297	682	
2016	88.257	66.879	755	579	1.334	

Fontes: BNDES, IBGE e FGV.

¹ Consiste em uma estimativa da parcela de recursos desembolsados que representam aumento de demanda de setores para a implantação dos investimentos. Volume de recursos que alimenta o MGE.

Em 2016, os desembolsos do Sistema BNDES somaram R\$ 88,3 bilhões, representando cerca de R\$ 66,9 bilhões de aumento de demanda final durante a implantação dos projetos de investimento. O número de empregos necessários para viabilizar esse montante de investimentos, segundo as estimativas do MGE, foi de cerca de 1,3 milhão. A queda de 46% desse indicador em relação ao resultado de 2015 (2,5 milhões) reflete, em grande medida, a queda no volume desembolsado pelo BNDES no mesmo período de comparação (35% em termos nominais).

Em relação à composição por tipo de emprego, o ano de 2016 apresentou resultados similares a 2015, com 57% compostos por empregos diretos e 43% por empregos indiretos. A média de empregos gerados ou mantidos por milhão investido na economia caiu ligeiramente de 20,5 em 2015 para 20 em 2016, o que significa que a distribuição dos setores impactados pelos projetos apoiados também não sofreu alterações significativas.

Os setores que concentram as estimativas de emprego durante a fase de implantação dos investimentos apoiados pelo BNDES são: i) construção civil; ii) comércio; iii) agricultura, silvicultura e exploração florestal; iv) pecuária e pesca; e v) fabricação de máquinas e equipamentos. Somados, os empregos nesses setores corresponderam, em 2016, a cerca de 64% do total estimado para os recursos do BNDES.

V. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O Ano de 2016

O Sistema BNDES registrou lucro líquido de R\$ 6.392 milhões em 2016, crescimento de 3,1% em relação ao lucro líquido de R\$ 6.199 milhões registrado em 2015.

O lucro líquido de 2016 foi marcado pela redução do resultado negativo com participações societárias, que passou de um prejuízo de R\$ 5.407 milhões em 2015 para um prejuízo de R\$ 3.431 milhões em 2016; e pela queda de 10,7% do resultado da intermediação financeira, fruto do efeito combinado do aumento do produto de intermediação financeira em R\$ 5.687 milhões e da elevação da despesa com provisão para risco de crédito em R\$ 7.688 milhões.

Os ativos totais alcançaram R\$ 876.137 milhões em 31/12/16, uma redução de R\$ 54.439 milhões (5,9%) no ano, impactada principalmente pela liquidação antecipada de R\$ 100,0 bilhões de dívida com o Tesouro Nacional realizada em dezembro e atenuada pela variação positiva da carteira de participações societárias.

A redução dos ativos totais em 2016 sustentou o crescimento do ROA, que atingiu 0,71% em 2016 (0,67% em 2015).

Em 2016, Tesouro Nacional e FAT permanecem como as principais fontes de recursos do Sistema BNDES, respondendo por 50,2% e 26,6% do passivo total, respectivamente. Não houve captação de recursos do Tesouro em 2016. Em dezembro de 2016, o BNDES liquidou antecipadamente parte de sua dívida com o Tesouro no montante de R\$ 113.221 milhões. Junto ao FAT foram captados R\$ 16.180 milhões em 2016.

O patrimônio líquido apresentou crescimento de R\$ 24.183 milhões (64,6%) em 2016 devido ao ajuste de avaliação patrimonial positivo de R\$ 19.500 milhões, líquido de tributos, da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como títulos disponíveis para venda, e ao lucro líquido de R\$ 6.392 milhões em 2016.

A queda do ROE, que passou de 15,37% em 2015 para 14,78% em 2016, foi provocada pelo crescimento de 78,0% do patrimônio líquido.

Principais Indicadores Econômico-Financeiros

Resultado (R\$ milhões)	2016	2015	Δ (%)	2S/16	2S/15	Δ (%)
Lucro Líquido	6.392	6.199	3,1	8.566	2.684	219,2
Produto da Intermediação Financeira	25.846	20.159	28,2	13.611	10.389	31,0
Provisão para Risco de Crédito	(9.156)	(1.468)	523,7	(4.718)	(988)	377,5
Participações Societárias	(3.431)	(5.407)	(36,5)	1.494	(5.512)	(127,1)
Despesas Tributárias	(3.638)	(4.438)	(18,0)	83	341	(75,7)
Outras Despesas, Líquidas	(3.229)	(2.647)	22,0	(1.904)	(1.546)	23,2
Posição Financeira (R\$ milhões)	dez/16	dez/15	Δ (%)	dez/16	jun/16	Δ (%)
Ativo Total	876.137	930.576	(5,9)	876.137	935.223	(6,3)
Carteira de Crédito e Repasses, líquida (CC)	610.917	695.378	(12,1)	610.917	646.924	(5,6)
Títulos e Valores Mobiliários ¹	93.368	105.051	(11,1)	93.368	109.394	(14,7)
Participações Societárias ²	78.247	52.245	49,8	78.247	58.655	33,4
Créditos perante o Tesouro Nacional	5.560	7.834	(29,0)	5.560	6.177	(10,0)
Caixas e equivalentes de caixa	54.771	35.403	54,7	54.771	82.116	(33,3)
Outros Ativos	33.274	34.665	(4,0)	33.274	31.957	4,1
Recursos de Terceiros	820.961	899.583	(8,7)	820.961	898.347	(8,6)
Tesouro Nacional	439.763	523.737	(16,0)	439.763	524.872	(16,2)
FAT/PIS-Pasep	267.701	254.397	5,2	267.701	260.766	2,7
Outros Fontes Governamentais	30.532	33.043	(7,6)	30.532	29.279	4,3
Captações Externas	39.612	56.543	(29,9)	39.612	45.637	(13,2)
Debêntures BNDESPAR	2.675	3.554	(24,7)	2.675	3.669	(27,1)
Outras Obrigações	40.678	28.309	43,7	40.678	34.124	19,2
Patrimônio Líquido (PL)	55.176	30.993	78,0	55.176	36.876	49,6
PL/AT	6,3%	3,3%	3,0	6,3%	3,9%	59,7
Limites Prudenciais (%)	dez/16	dez/15		dez/16	jun/16	
Índice de Basileia	21,7%	14,7%		21,7%	16,1%	
Índice de Capital Principal	14,5%	9,8%		14,5%	10,7%	
Índice de Capital Nivel I	14,5%	9,8%		14,5%	10,7%	
Índices de Crédito (%)	dez/16	dez/15		dez/16	jun/16	
Índice de Inadimplência (30 dias)	2,81%	0,06%		2,81%	1,38%	
Índice de Inadimplência (90 dias)	2,43%	0,02%		2,43%	0,19%	
Provisão / Carteira Total (CC)	2,08%	0,67%		2,08%	1,35%	
Índice de Cobertura (30 dias) ³	73,9%	1087,5%		73,9%	97,8%	
Índice de Cobertura (90 dias) ³	85,4%	3062,7%		85,4%	712,1%	
Índice de Renegociação (90 dias) ⁴	6,34%	2,14%		6,34%	4,00%	
Rentabilidade (%) ⁵	2016	2015		2S/16	2S/15	
ROA (Retorno sobre ativos)	0,71%	0,67%		0,94%	0,29%	
ROE (Retorno sobre patrimônio líquido)	14,78%	15,37%		17,91%	6,38%	

¹ Exceto investimentos em sociedades não coligadas e em fundos de investimentos em participações, classificados em "Participações Societárias".
² Inclui investimentos em sociedades não coligadas e coligadas e fundos de investimento em participações.
³ Provisão / créditos inadimplentes.
⁴ Créditos renegociados nos últimos 12 meses / carteira total.
⁵ Excluídos os ajustes a valor justo dos ativos (líquidos de efeitos tributários no caso do ROE).

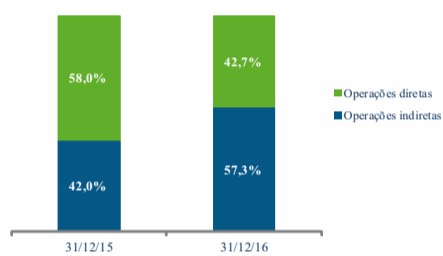
Operações de Crédito e Repasses

Compreende os financiamentos concedidos pelo BNDES de forma direta, caso das operações de crédito, ou de forma indireta, por meio de instituição financeira credenciada, caso das operações de repasses.

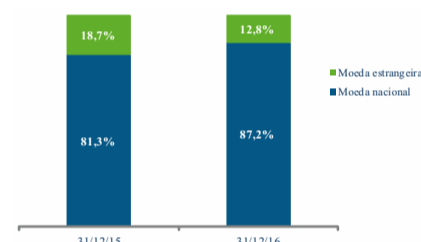
A carteira de operações de crédito e repasses, líquida de provisão para risco de crédito de R\$ 12.249 milhões, totalizou R\$ 610.917 milhões em 31/12/16, respondendo por 69,7% do ativo total na mesma data.

A redução de R\$ 84.461 milhões (12,1%) da carteira líquida em 2016 foi influenciada pela queda tanto da carteira de operações de crédito quanto da carteira de operações de repasses, cujas liquidações superaram em R\$ 103,0 bilhões as liberações; e pelo crescimento de R\$ 8.262 milhões da provisão para risco de crédito.

Perfil da Carteira Bruta de Crédito e Repasses

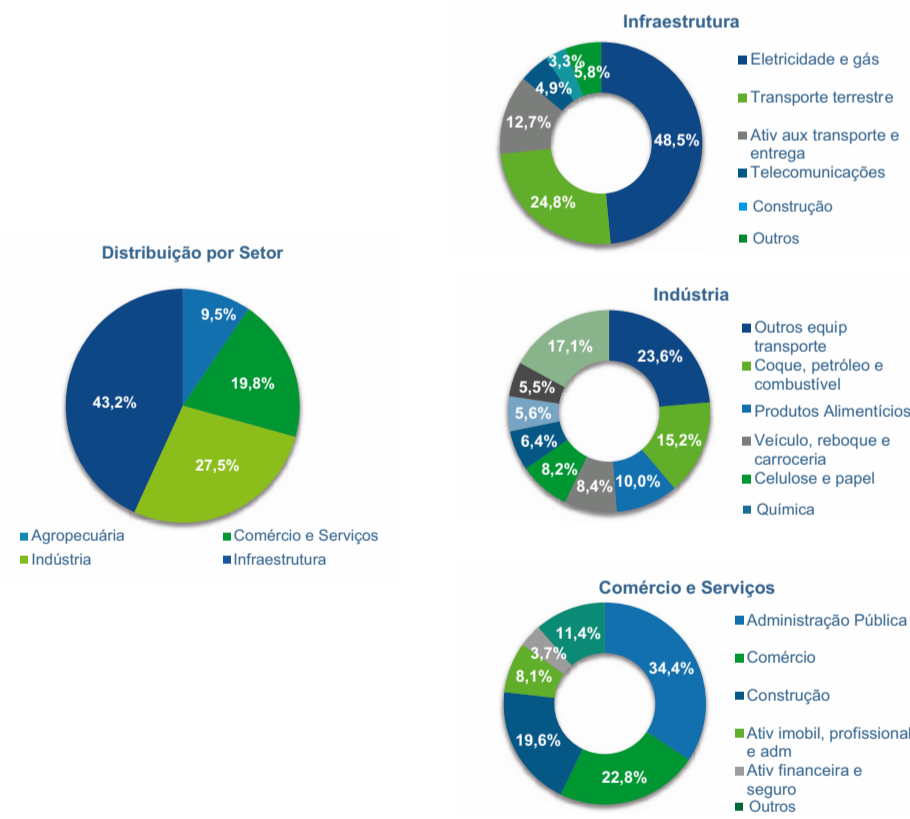


Sobre as operações de repasses não é cobrado spread de risco e sim uma taxa de intermediação financeira entre 0,1% e 0,5%, a depender do porte do cliente. Nessas operações, o risco é da instituição financeira repassadora dos recursos do BNDES.



TJLP e Dólar são os principais indexadores da carteira de crédito, respondendo, respectivamente, por 94,2% da carteira em moeda nacional* e 93,5% da carteira em moeda estrangeira.
 *Inclui operações equalizadas pelo TN.

Carteira Bruta de Crédito e Repasses por Setor



Qualidade da Carteira de Crédito e Repasses

O BNDES monitora continuamente a qualidade de sua carteira de crédito, com a finalidade estratégica de aperfeiçoar a gestão de riscos e retornos. Os financiamentos concedidos são objeto de acompanhamento permanente e demandam garantias que cubram a posição devedora ao longo da vida dos contratos.

A classificação da carteira de crédito e repasses por nível de risco segue a Resolução CMN 2.682/99, que determina a classificação dos créditos entre os níveis AA, menor risco, e H, maior risco, e o percentual de provisão a ser constituído para cada nível.

Durante o exercício, o BNDES constituiu provisão complementar ao mínimo requerido pela Resolução CMN 2.682/99, no valor de R\$ 1.306 milhões, visando a cobertura de riscos adicionais oriundos das incertezas do cenário econômico.

A provisão para risco de crédito atingiu R\$ 12.949 milhões em 31/12/16, equivalente a 2,1% da carteira na mesma data, acima do apurado em 31/12/15 (0,7%), quando a provisão atingiu R\$ 4.687 milhões.

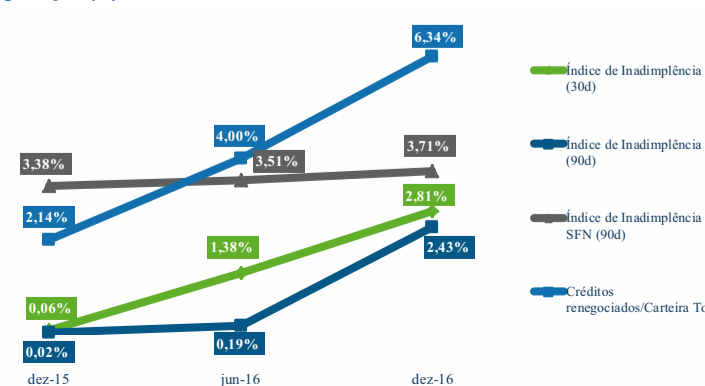
Classificação de Risco da Carteira de Crédito e Repasses 31 de dezembro de 2016

Classificação de Risco	Sistema BNDES	SFN ^{1,2,3}	Instituições Financeiras Privadas ^{2,3}	Instituições Financeiras Públicas ^{2,3}
AA - C	96,4%	90,4%	88,7%	91,7%
D - G	3,4%	6,3%	7,1%	5,7%
H	0,2%	3,3%	4,2%	2,6%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

¹ Sistema Financeiro Nacional
² Fonte: BACEN
³ Em 30 de setembro de 2016. Última informação disponível.

Os créditos classificados entre os níveis AA e C, considerados de baixo risco, responderam por 96,4% da carteira total em 31 de dezembro de 2016, percentual superior aos 90,4% registrados pelo Sistema Financeiro Nacional (SFN) para 30 de setembro de 2016 (última data disponível), porém inferior aos 97,7% registrados em 30 de junho de 2016.

Inadimplência e Renegociação (%)



Os índices de inadimplência do Sistema BNDES apresentaram crescimento em 2016. O índice de inadimplência (30 dias)

atingiu 2,81% em 31/12/16, uma alta em relação a 2015 (0,06%), enquanto o índice de inadimplência (90 dias) passou de 0,02% em 2015 para 2,43% em 2016. Apesar disso, no comparativo com o SFN, a inadimplência do Sistema BNDES, seja para 30 ou para 90 dias, é uma das menores e mantém-se inferior à média do SFN, que também apresentou crescimento no ano.

O índice de inadimplência do BNDES reflete a gestão e a qualidade da carteira de crédito e repasses, acima da média do SFN, a consistência das políticas operacionais e, sobretudo, o papel do BNDES como banco de desenvolvimento: a concessão de financiamento com taxas de juros e prazos compatíveis aos projetos de longa maturação.

O volume de renegociações no período de doze meses encerrado em 31/12/16 atingiu 6,34% da carteira, com alta diante do registrado em 2015 (2,14%). Créditos renegociados são todos os créditos que tiveram modificações em seus fluxos de caixa, independente das motivações.

O índice de cobertura, "colchão" que representa o número de vezes que a provisão para risco de crédito cobre os créditos inadimplentes, alcançou 73,9% em 31/12/16.

Títulos e Valores Mobiliários

Compreende, basicamente, debêntures e títulos públicos, que representavam 19,3% e 79,4%, respectivamente, da carteira em 31/12/16.

As debêntures representam uma das formas de apoio financeiro do BNDES. A carteira, que alcançou R\$ 19.754 milhões em 31/12/16, é composta por investimentos de R\$ 8.150 milhões em debêntures simples e R\$ 9.824 milhões em debêntures conversíveis/permutáveis.

Participações Societárias

Compreendem, basicamente, ações aportadas como capital no BNDES pela União, participações societárias de caráter minoritário e transitório que apoiam a capitalização e o desenvolvimento de empresas nacionais, bem como fortalecem e modernizam o mercado de capitais brasileiro, além de fundos mútuos de investimentos em participações.

A carteira de participações societárias, líquida de provisão para perdas, alcançou R\$ 78.247 milhões em 31/12/16, um aumento de 49,8% em 2016 provocado pela valorização, da ordem de R\$ 28.151 milhões, da carteira de participações em sociedades não coligadas, puxada pelas ações da Petrobras, Eletrobras e Vale.

A carteira de participações em sociedades coligadas são investimentos realizados pela BNDESPAR em sociedades nas quais tem poder de influenciar as decisões financeiras e/ou operacionais da investida. A redução de R\$ 1.750 milhões (12,3%) em 2016 decorre dos efeitos da provisão para perdas por impairment, que atingiu R\$ 653 milhões em 2016, e do ajuste de avaliação patrimonial reflexo de R\$ 858 milhões decorrente de ajustes acumulados de conversão reconhecidos por coligadas.

Do total da carteira, 82,2% representavam investimentos em sociedades não coligadas, 15,9%, em sociedades coligadas, e os 1,8% restantes investimentos em fundos mútuos de investimentos em participações.

Caixas e Equivalentes de Caixa

Representam a aplicação das disponibilidades do Sistema BNDES, a fim de preservar o valor dos recursos não desembolsados.

O aumento de 54,7% em 2016 se deve à liquidação de operações de crédito e repasses superiores em R\$ 103 bilhões aos desembolsos, parcialmente atenuado pelo pagamento antecipado de R\$ 100.000 milhões de dívidas de com o TN.

Créditos perante o Tesouro Nacional

Referem-se basicamente a valores a receber do Tesouro Nacional decorrentes da equalização da remuneração de programas incentivados pelo Governo Federal, entre eles Pronaf, Revitaliza, Agrícolas e, principalmente, PSI.

A redução de 29,0% em 2016 reflete o pagamento de R\$ 13.103 milhões em equalizações relativas ao período de 2013 ao 2S15, com o efeito quase integralmente absorvido pelo reconhecimento de R\$ 10.804 milhões de valores a receber referentes a 2016.

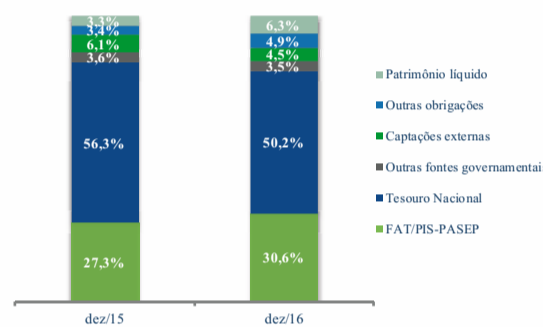
O PSI, principal programa com mecanismo de equalização, e que representava 75,3% do saldo de equalizações a receber em 31/12/16, foi encerrado em 31/12/15.

Outros Ativos

Compreendem, em 31/12/16, principalmente, créditos tributários (R\$ 18.821 milhões), direitos a receber Eletrobras/Itaipu (R\$ 8.580 milhões) e créditos perante o TN (R\$ 5.560 milhões).

Fontes de Recursos

Na composição de suas fontes de recursos, o BNDES conta com 6,3% de recursos próprios e 93,7% de recursos de terceiros, com destaque para as fontes governamentais, que representavam 84,3% do passivo total em 31/12/16.



Tesouro Nacional (Repasses e Instrumentos Elegíveis a Capital Principal)

Desde 2010, com o crescimento dos repasses de recursos, o Tesouro Nacional se tornou a principal fonte de recursos do BNDES, responsável por 50,2% do passivo total em 31/12/16, participação inferior aos 56,3% observados em 31/12/15 devido a pagamento antecipado de R\$ 113.221 milhões de dívida em 2016.

Em novembro de 2015, a União e o BNDES acordaram o pagamento antecipado de dívidas do BNDES com custo do mercado, no total de R\$ 28.299 milhões, dos quais R\$ 26.406 milhões indexados ao dólar norte-americano e R\$ 1.893 milhão atrelado à taxa SELIC. Em dezembro de 2015, foram pagos R\$ 15.078 milhões e, em janeiro de 2016, os R\$ 13.221 milhões restantes. O pagamento teve como objetivo a adequação do custo e da disponibilidade das fontes de recursos ao perfil da carteira de crédito e considerou as estimativas de desembolsos no médio prazo.

Em dezembro de 2016, houve nova antecipação de pagamento, de R\$ 100.000 milhões em dívidas atreladas à TJLP. Embora a previsão inicial fosse de que esse montante seria quitado, a partir de 2016, em três parcelas anuais de R\$ 40.000 milhões, R\$ 30.000 milhões e R\$ 30.000 milhões, foi decidido pelo pagamento integral de R\$ 100.000 milhões em 2016 considerando-se a estimativa do fluxo de desembolsos líquidos do BNDES para os próximos três anos e o fato de que tal antecipação não afetaria a estrutura patrimonial do BNDES e o pleno atendimento às regras prudenciais bancárias.

Do passivo total com o TN em 31/12/16, R\$ 36.250 milhões (8,2%) correspondem a instrumentos elegíveis a capital principal, que compõe o Patrimônio de Referência e cuja remuneração está atrelada a fatores como a existência de lucro contábil e o montante de dividendos pago ao acionista, e R\$ 403.513 milhões (91,8%) correspondem a operações de repasses, sendo 98,8% dessas operações atreladas à TJLP.

Não houve captações de recursos do TN em 2016.

Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e Fundo PIS-Pasep

O saldo de recursos do FAT no BNDES encerrou 2016 em R\$ 232.732 milhões. Desse total, R\$ 219.650 milhões constituíam o saldo do FAT Constitucional e R\$ 13.082 milhões, o saldo do FAT Depósitos Especiais.

Em 2016, ingressaram R\$ 16.179 milhões de recursos novos oriundos do FAT, um volume 16,1% inferior ao de 2015, dos quais R\$ 15.342 milhões como FAT Constitucional e R\$ 837 milhões como FAT Depósitos Especiais.

Em 31/12/16, o passivo com o Fundo PIS-Pasep totalizava R\$ 34.969 milhões destinados à aplicação em programas de desenvolvimento econômico e social. Desde a criação do FAT em 1988, o Fundo PIS-Pasep não recebe novos aportes de recursos.

Outras Fontes Governamentais

Compreendem recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), do Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS) e de outros fundos financeiros e de desenvolvimento. A redução de 7,6% no ano foi provocada pelo efeito da desvalorização de 16,5% do dólar norte-americano no passivo com o FMM.

Captações Externas

Representadas por repasses de instituições multilaterais, empréstimos e emissão de bonds, cuja redução de 29,9% no ano decorreu da desvalorização de 16,5% do dólar norte-americano e amortizações de principal de R\$ 7.775 milhões.

Em 2016, destacam-se os ingressos de R\$ 471 milhões do KfW referentes a contrato assinado em 2015 e R\$ 180 milhões da Agence Francaise de Developpement (AFD) relativos ao contrato assinado em 2014.

Em 2016 não houve emissão de bonds nem captação de empréstimos.

Debêntures BNDESPAR

Referem-se a debêntures simples, da espécie quirografária, realizadas no âmbito de três Programas de Emissão de Debêntures e seis emissões realizadas.

A redução de R\$ 879 milhões (24,7%) em 2016 decorre da liquidação, no vencimento, de 711.000 debêntures simples (1ª e 2ª séries) da Segunda Oferta no âmbito do Terceiro Programa (2012), no total de R\$ 1.108 milhões.

Outras Obrigações

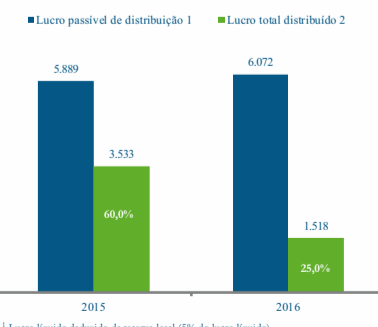
Do total das outras obrigações em 31/12/16, 59,4% se referem a captações de Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs) e a obrigações tributárias (tributos sobre o lucro e tributos diferidos).

O crescimento de R\$ 12.369 milhões (43,7%) no ano decorreu do aumento de R\$ 8.359 milhões (380,1%) dos tributos diferidos, reflexo do aumento do valor justo das carteiras de participações em sociedades não coligadas e de títulos e valores mobiliários.

Patrimônio Líquido

O crescimento de R\$ 24.183 milhões (78,0%) do patrimônio líquido reflete os efeitos do ajuste de avaliação patrimonial positivo, líquido de tributos, das carteiras de participações em sociedades não coligadas e de títulos e valores mobiliários, que alcançou R\$ 19.500 milhões em 2016, e o lucro líquido de R\$ 6.392 milhões no exercício.

Remuneração ao Acionista



¹ Lucro líquido deduzido da reserva legal (5% do lucro líquido)

Fluxo de Recursos

Pelas características de longo prazo das principais fontes de recursos do BNDES, expressivamente superior ao giro médio dos ativos de crédito, o retorno das operações de crédito (recebimento de serviços de crédito, sem distinção das fontes de recursos originais) representou o principal fluxo de entrada de recursos para o atendimento ao orçamento de desembolsos e de investimentos em 2016, a exemplo do observado em 2015.

Resultado da Intermediação Financeira

É o produto da intermediação financeira líquido dos efeitos da provisão para risco de crédito.

Produto da Intermediação Financeira

É o resultado das aplicações em disponibilidades e nas carteiras de crédito e repasses e de títulos e valores mobiliários.

O produto da intermediação financeira atingiu R\$ 25.846 milhões em 2016, um aumento de R\$ 5.687 milhões (28,2%) diante de 2015 em razão de: (i) gestão dos recursos de tesouraria intensificada pelo aumento das disponibilidades resultante das liquidações da carteira de crédito em volume R\$ 35,3 bilhões superior aos desembolsos; e (ii) elevações sucessivas da taxa do PSI em 2014 e 2015.

Provisão para Risco de Crédito

A despesa com provisão para risco de crédito, que atingiu R\$ 9.156 milhões em 2016 (despesa de R\$ 1.468 milhões em 2015), reflete o alinhamento da carteira de crédito e repasses do Sistema BNDES à atual conjuntura da economia nacional, marcada pela piora do risco setorial e pelo aumento da inadimplência global.

Da provisão total reconhecida em 2016, R\$ 1.306 milhões foram reconhecidos de forma complementar à exigência de provisionamento prevista pela Resolução CMN 2.682/99.

Os créditos recuperados atingiram R\$ 330 milhões em 2016, permanecendo no mesmo patamar de 2015 (R\$ 341 milhões).

Resultado com Participações Societárias

Compreende receita com dividendos e juros sobre capital próprio, resultados com equivalência patrimonial, alienações, derivativos e fundos de investimento em participações societárias, provisão para perdas (*impairment*) e outras receitas oriundas, majoritariamente, da carteira da BNDESPAR.

O resultado com participações societárias em 2016 foi um prejuízo de R\$ 3.431 milhões, revelando recuperação diante do prejuízo de R\$ 5.407 milhões em 2016. A redução de R\$ 4.419 milhões (45,4%) das perdas por *impairment* explica essa melhora, já que as demais rubricas apresentaram melhor desempenho em 2015. Do total de perdas por *impairment* de R\$ 5.317 milhões registrado em 2016, R\$ 5.150 milhões foram reconhecidos no 1S16.

O reconhecimento das perdas com *impairment* é realizado com base em modelo de avaliação econômico-financeira e motivado pelo fato das respectivas ações terem atingido parâmetros indicativos de perdas permanentes previstos na Política de Participações Societárias. Do total registrado, R\$ 653 milhões se referem a perdas na carteira de coligadas e R\$ 4.664 milhões, a perdas na carteira de não coligadas.

A receita com dividendos e juros sobre capital próprio alcançou R\$ 562 milhões em 2016, uma redução de 8,2% diante de 2015. Os principais investimentos que contribuíram para a receita com dividendos e juros sobre capital próprio em 2016 foram AES Tietê (R\$ 233 milhões), CEMIG (R\$ 52 milhões) e Vale (R\$ 45 milhões), respondendo por 58,7% da receita total. Em 2015, Vale, CEG e Valepar responderam por 71,2% da receita total.

O resultado com equivalência patrimonial atingiu R\$ 896 milhões em 2016, uma redução de 34,5% diante de 2015, onde se destacaram Fibria (R\$ 749 milhões) e COPEL (R\$ 365 milhões). Em 2015, os destaques foram da JBS (R\$ 1.049 milhões) e da Companhia Brasileira de Energia (R\$ 463 milhões).

O resultado com alienações alcançou R\$ 896 milhões em 2016, uma redução de 45,0% em relação a 2015. As principais alienações de 2016 foram AES BEH II, Braskem e Klabin, que totalizaram R\$ 753 milhões. Em 2015, as principais alienações foram Klabin e JBS, totalizando R\$ 1.093 milhões.

O resultado com derivativos passou de uma perda de R\$ 295 milhões em 2015 para uma perda de R\$ 459 milhões em 2016 devido ao aumento de R\$ 168 milhões da perda com derivativos embutidos em debêntures.

Despesas Tributárias

Representam, em quase sua totalidade, tributos federais como PIS-Cofins, Imposto de Renda e Contribuição Social, inclusive tributos sobre o resultado ajustado antes dos impostos.

Os tributos sobre o lucro (IR + CSLL) apresentaram redução de 27,4% em 2016 devido ao reconhecimento de créditos diferidos sobre provisão para risco de crédito a partir de setembro de 2016, com impacto positivo de R\$ 4.829 milhões no resultado.

Outras Despesas, Líquidas

Compreende atualização monetária de ativos e passivos, despesas administrativas e com pessoal, provisões trabalhistas e cíveis, entre outras.

O aumento de R\$ 582 milhões (22,0%) das outras despesas, líquidas em 2016 foi influenciado, principalmente, pelo ajuste de R\$ 214 milhões decorrente da conversão de resultado de controlada no exterior e ao crescimento de R\$ 133 milhões com passivo atuarial da FAPES.

Informação por Segmento

Os ativos e resultado por segmento de negócios do BNDES foram definidos em função de suas atividades de: (i) financiamento (renda fixa); (ii) mercado de capitais (renda variável); e (iii) tesouraria.

Composição dos Segmentos

- "Renda Fixa": inclui ativos, receitas e os custos de captação atrelados, basicamente, às carteiras de operações de crédito e repasses e de debêntures;
- "Renda Variável": inclui ativos, receitas e custos de captação atrelados à carteira de renda variável, que inclui participações societárias e fundos mútuos de investimentos e participações; e
- "Tesouraria": inclui ativos, receitas e os custos de captação atrelados, basicamente, à gestão das disponibilidades.

O BNDES avalia o desempenho de seus segmentos com base no resultado alocado. As receitas operacionais se originam integralmente de clientes externos, não havendo operações entre os segmentos.

As despesas tributárias são monitoradas de forma centralizada, sem alocação aos segmentos. As diferentes carteiras estão sujeitas a distintas cargas tributárias, sendo a carteira de renda variável sujeita à menor carga relativa.

Segmento	2015				2016			
	Ativos R\$ milhões	%	Resultado R\$ milhões	%	Ativos R\$ milhões	%	Resultado R\$ milhões	%
Renda Fixa	729.280	80,4%	13.729	99,8%	641.569	75,0%	11.031	79,0%
Renda Variável	54.247	6,0%	(6.911)	-50,2%	79.790	9,4%	(5.327)	-38,1%
Tesouraria	123.978	13,6%	6.941	50,4%	133.641	15,6%	8.262	59,2%
Alocado	907.505	100,0%	13.759	100,0%	855.000	100,0%	13.966	100,0%
Não alocado	23.071		(7.560)		21.137		(7.574)	
Total	930.576		6.199		876.137		6.392	

Resultado e Ativos por Segmento

A adequada gestão dos recursos de renda fixa e de tesouraria ganha maior relevância para assegurar o retorno dos recursos aplicados na medida em que o resultado de participações societárias apresenta declínio expressivo face ao montante de provisão para perdas registradas nos exercícios.

Geração e Distribuição de Valor

Importante indicador de avaliação do papel social, a demonstração do valor adicionado (DVA) apresenta, segundo uma visão global de desempenho, a contribuição da instituição na geração de riqueza para economia na qual está inserida e de sua efetiva distribuição entre empregados, governo, agentes financiadores e acionistas.

A riqueza gerada e distribuída pelo BNDES em 2016 foi de R\$ 12.040 milhões, 4,6% inferior aos R\$ 12.625 milhões registrados em 2015 devido à queda do valor adicionado recebido em transferência, provocada pela redução de 34,5% do resultado de equivalência patrimonial.

Gerenciamento de Riscos

No âmbito das atividades desempenhadas para apoiar o aprimoramento do gerenciamento de riscos do Sistema BNDES, destacaram-se em 2016:

Compliance

- estruturação de unidade voltada à implementação de um Programa de *Compliance* no BNDES;
- aprovação da Política de *Compliance* do Sistema BNDES;
- aprovação do Programa de Integridade do Sistema BNDES; e
- implementação de iniciativas para ampliar a disseminação da cultura de *compliance*, com destaque para o treinamento sobre o Política Corporativa Anticorrupção para 98% dos empregados e evento sobre conflito de interesses voltado para as lideranças.

Processos

- mapeamento de 70% dos macroprocessos da cadeia de valor da instituição, visando identificar de forma inequívoca para cada processo, responsabilidades e inter-relação entre unidades, bem como normas, objetivos estratégicos, unidades organizacionais, sistemas de apoio, riscos e controles associados.

Risco Operacional e Controles Internos

- conclusão do 2º ciclo de avaliação e mensuração de riscos operacionais, com o posicionamento dos resultados na matriz de riscos e a avaliação detalhada dos riscos classificados como moderados e altos;
- avaliação da aderência de todos os processos aos princípios de controles internos previstos na Política Corporativa de Controles Internos, identificando oportunidades de melhoria e definindo planos de ação;
- integração da atividade de identificação de controles com a atividade de mapeamento de processos;
- desenvolvimento de ações para aperfeiçoamento dos critérios da Análise de Impacto nos Negócios, que determina a priorização de processos no âmbito do Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios;
- desenvolvimento de metodologia específica para identificação e avaliação de riscos de fraude;
- desenvolvimento de metodologia para identificação e avaliação de Indicadores Chave de Risco;
- definição de limites de tolerância ao risco operacional, que serão acompanhados ao longo de 2017, como uma atividade piloto; e
- estruturação de projeto para proposição de metodologia de avaliação de risco reputacional.

Riscos de Mercado e de Liquidez

- desenvolvimento de teste de estresse prospectivo (cenários);
- conclusão das fases de implantação e operação assistida do Si4;
- levantamento de opções de comportamento presentes nas operações do BNDES;
- teste de novas metodologias de apuração de debêntures conversíveis e derivativos isolados de renda variável;
- estudo sobre apetite a risco de mercado sob a ótica de capital econômico e sob a ótica de capital regulatório;
- aprimoramentos no modelo de risco de longo prazo do Sistema BNDES;
- revisão do critério de classificação de operações na carteira de negociação; e
- avaliação, junto ao BACEN, de pendências associadas a uma eventual candidatura ao uso de modelos internos de risco de mercado.

Risco de Crédito

- inclusão de autoavaliação de capital com base em modelos internos no relatório ICAAP;
- consolidação do processo de cálculo e divulgação interna do Índice de Créditos Reestruturados;
- aprimoramento da série histórica usada para as estimativas dos parâmetros de risco estatísticos;
- estabelecimento de metodologia para acompanhamento das maiores exposições da carteira, visando antecipar possíveis problemas decorrentes do risco de concentração;
- aprimoramento das metodologias de autoavaliação de capital;
- aprimoramentos realizados na geração de informações para o Sistema de Informações de Crédito (SCR) do Banco Central do Brasil; e
- definição de metodologia para estabelecimento de limites por Unidade Operacional no âmbito da estrutura de apetite a risco da Instituição, sob a ótica do capital regulatório.

Gestão de Riscos em Números

Em 31 de dezembro de 2016, o BNDES apresentou valores confortáveis para os requerimentos mínimos de capital exigidos pelo Banco Central do Brasil: o Índice de Basileia ficou em 21,70%, enquanto os Índices de Capital Principal e de Capital de Nível I ficaram em 14,47%, acima dos valores mínimos exigidos pelo regulador.

Recursos próprios e Basileia	R\$ milhões, exceto percentuais				
	Basileia II 2012	2013	2014	Basileia III 2015	2016
Patrimônio de Referência - PR	89.599	108.669	97.851	94.997	135.620
= Capital Nível I (NI)	48.633	72.446	65.234	63.331	90.413
(+) Capital Principal (CP)	-	60.418	65.234	63.331	90.413
(+) Capital Complementar (CC)	-	12.028	-	-	-
(+) Capital Nível II	41.176	36.223	32.617	31.666	45.207
(-) Deduções do PR	211	-	-	-	-
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)*	582.214	580.237	615.706	644.332	624.849
= Risco de Crédito (RWA _{CRAD})	538.280	545.944	575.861	601.621	534.199
(+) Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	27.071	23.257	28.055	16.981	58.312
(+) Risco Operacional (RWA _{OPAD})	16.863	11.036	11.790	25.730	32.339
Risco de Juros da Carteira Bancária (Rban)	2.347	2.278	2.383	3.568	34.935
Índice de Basileia / Índice de PR (PR/RWA)	15,39%	18,73%	15,89%	14,74%	21,70%
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	-	10,41%	10,59%	9,83%	14,47%
Índice de Capital Nível I (NI/RWA)	-	12,49%	10,59%	9,83%	14,47%

*Por conta das novas regras de Basileia III, introduzidas em 2013 (em particular, a Resolução CMN nº 4.193/13), para fins comparativos, o valor de RWA (Risk Weighted Assets) apresentado em 2012 corresponde ao valor de Patrimônio de Referência Exigido (PRE), divulgado em Notas Explicativas, dividido pelo fator 0,11.

O crescimento de R\$ 40.623 milhões (42,8%) do patrimônio de referência em 2016 acompanha o crescimento do patrimônio líquido, que compõe a parcela do capital principal. O aumento do Índice de Basileia também é explicado pela mesma razão.

Informações adicionais são divulgadas no Relatório de Gestão de Riscos, disponível na página de Relações com Investidores do BNDES.

VI. GESTÃO DA ÉTICA

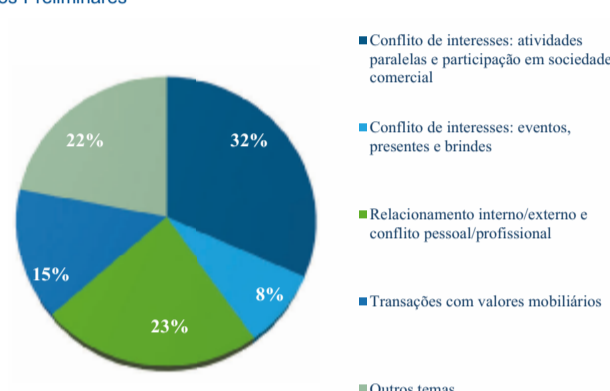
A gestão da ética no BNDES é conduzida pela Comissão de Ética do BNDES (CET/BNDES) e pela Secretaria da Comissão de Ética (SECET/GP), vinculada à Presidência do BNDES.

O Código de Ética e o Regimento Interno do Sistema BNDES, além de outros normativos internos e externos, orientam a gestão da ética através de ações de natureza educativa e preventiva, da atualização e aperfeiçoamento de normas e da apuração e aplicação das providências cabíveis nos casos de infrações éticas.

Dentre as atividades conduzidas pela Comissão de Ética do Sistema BNDES em 2016, destacamos a realização de palestra, ministrada por seu então Presidente, no Curso de Prevenção e Resolução de Conflitos de Interesses, desenvolvido pela Controladoria Geral da União - CGU em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, e os aprimoramentos ao Código de Ética do Sistema BNDES, que incorporou aspectos trazidos pela Lei nº 12.813/2013 (Lei de Conflito de Interesses) e pela Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e contou com a participação de todo o corpo funcional através de sugestões formuladas por ocasião de consulta pública interna.

Em 2016, a CET/BNDES procedeu à abertura de 82 Procedimentos Preliminares, sendo 63 consultas ou pedidos de autorização para o exercício de atividades paralelas, 10 denúncias ou representações, incluindo análises "de ofício", e nove atendimentos. As consultas foram respondidas, com exceção de uma que está em andamento, e as denúncias foram apreciadas ou estão em fase final de apreciação preliminar.

Perfil dos Procedimentos Preliminares

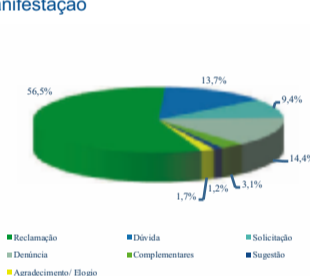


Ouvidoria

A Ouvidoria proporciona ao cidadão um canal de participação ativa junto à Administração do BNDES. Visando auxiliar a melhoria das práticas da Instituição, a Ouvidoria analisa de forma quantitativa e qualitativa as demandas que recebe, provendo a mediação entre as partes e com vistas a sugerir medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos, rotinas, normas e da atuação das empresas do Sistema BNDES.

Em 2016, a Ouvidoria recebeu e deu tratamento, em cooperação com as diversas áreas do Banco, a 1.376 manifestações, com redução de 5,9% na demanda anual.

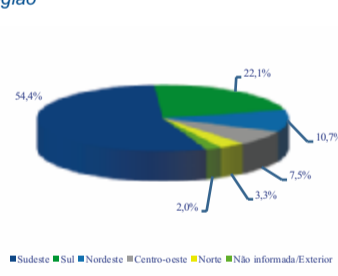
Tipo de Manifestação



Personalidade Jurídica



Região



VII. BNDES TRANSPARENTE

Na manutenção do seu firme compromisso com a transparência de sua atuação, o BNDES busca estreitar seu relacionamento com seus diversos públicos através das seguintes iniciativas:

Canais de Atendimento

Central de Atendimento

Atendimento ao público externo quanto aos assuntos relacionados aos produtos, serviços e demais questões relacionadas às atividades operacionais do Sistema BNDES, através dos canais telefônico (0800 702-6337), correspondência e e-mail (formulário eletrônico disponível em www.bndes.gov.br/faleconosco).

Em 2016, foram realizados cerca de 454.200 atendimentos, sendo 88% por meio telefônico. Em pesquisa de satisfação realizada pós-atendimento, 95% dos que responderam consideraram o atendimento EXCELENTE ou BOM. Esses números evidenciam a preferência do público externo pelo meio telefônico e sua satisfação com o serviço prestado.

Atendimento Presencial

Canal de diálogo direto com clientes e público em geral, que presta orientação empresarial nos escritórios de Belém, Brasília, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. Em 2016, foram realizados 785 atendimentos presenciais.

Desse total, 286 atendimentos foram realizados no escritório do Rio de Janeiro, com a maioria do público identificado como micro, pequenas e médias empresas, microempreendedores individuais e pessoas físicas. Dentre as linhas de financiamento recomendadas, destacam-se o Cartão BNDES, BNDES Progeren e o BNDES Microcrédito, além do BNDES Automático e BNDES Finame. Em pesquisa de satisfação realizada no pós-atendimento, 99% dos respondentes consideraram o atendimento presencial um importante canal no esclarecimento de dúvidas. O serviço prestado pela equipe responsável pelo atendimento também foi bem avaliado na pesquisa, com um índice de satisfação acima de 98%.

Ainda em 2016, o BNDES participou com estande próprio em 16 feiras de negócios, tendo prestado 1.636 atendimentos ao público visitante ao estande.

Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

Responsável pelo tratamento dos pedidos de informação no âmbito da Lei de Acesso à Informação, o SIC oferece atendimento através dos canais: presencial (no escritório do Rio de Janeiro), telefônico (0800-887-6000), correspondência, e-mail (sic@bndes.gov.br) ou através do Sistema e-SIC (www.acessoainformacao.gov.br/sistema/).

No ano de 2016, o SIC recebeu 718 pedidos de informação, todos respondidos dentro dos prazos legais. Destes pedidos, apenas 5% foram reapresentados como recursos em 1ª instância.

Relações com Investidores

O BNDES disponibiliza ao público interessado o site <http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/relacoes-com-investidores/>, onde são divulgadas informações financeiras, gerenciais, de risco, rating, entre outras, do Sistema BNDES, e o e-mail ri@bndes.gov.br para encaminhamento de dúvidas/sugestões sobre esses assuntos.

Também disponibiliza um cadastro aos interessados em receber, por e-mail, informações financeiras do Sistema BNDES como demonstrações financeiras, informes econômico-financeiros, apresentações institucionais, entre outras. No final de dezembro de 2016, o cadastro contava com 1.208 inscritos.

Palestras Institucionais

O BNDES recebe a visita de delegações e de grupos de estudantes de instituições de ensino, nacionais e estrangeiras, para a realização de palestras sobre a economia brasileira e sobre atuação do BNDES, o que evidencia a relevância do Banco como um dos principais atores no desenvolvimento nacional.

Em 2016, foram realizadas 22 apresentações institucionais - em português, inglês e espanhol - para um público de 492 visitantes.

Palestras "O BNDES Mais Perto de Você"

Realização de eventos em parceria com postos de informações e também com outras instituições, cujo objetivo é a divulgação das formas de financiamento do BNDES oferecidas ao segmento de micro, pequenas e médias empresas. O projeto teve início em 2005 e, desde então, mais de 32 mil pessoas já assistiram às palestras realizadas em dezenas de cidades de todas as regiões do País.

Em 2016, foram realizadas 12 palestras, distribuídas em nove estados, atingindo um público de 1.693 presentes. Uma pesquisa voluntária de avaliação da palestra questionou a probabilidade de recomendação da palestra para outra pessoa e o resultado, numa escala de 0 a 10, alcançou a média de 8,92, com 66% das notas concentradas nas graduações 9 e 10, que pode ser considerado um público essencialmente promotor do evento e comprovado o êxito da iniciativa.

Sítio do BNDES e Presença nas Redes Sociais

Em 2016, o site do BNDES recebeu cerca de 2,6 milhões de visitantes únicos, atingindo uma média mensal de 1,3 milhão de

visualizações de páginas. A taxa de rejeição caiu 11,6% em relação ao ano anterior, ou seja, os visitantes estão navegando mais pelo site e se aprofundando nas informações disponibilizadas.

A principal razão deste resultado foi o lançamento do novo site institucional do BNDES, reformulado para simplificar a navegação dos usuários — composto, em sua maioria, de representantes de MPMEs e cidadãos. Com nova forma de navegação e conteúdos simplificados, as informações se tornaram mais acessíveis.

Em 2016, dentre as ações que reforçaram o compromisso do BNDES com a transparência de suas operações, podem ser destacadas:

- divulgação de séries históricas semestrais dos resultados e dos principais indicadores financeiros do Banco, que trazem, de forma consolidada e organizada, informações sobre posição financeira, resultados, indicadores de retorno, carteira de crédito e capital regulatório desde 2002. As informações são divulgadas em www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/relacoes-com-investidores;
- divulgação mensal de novos indicadores de desempenho. O BNDES passa a divulgar séries históricas setoriais mensais, a partir de 1995, com dados sobre desembolsos, aprovações, enquadramentos e consultas, a valores correntes e constantes, que permitem aprofundar o conhecimento sobre a atuação do BNDES e, consequentemente, sobre o comportamento dos investimentos da economia brasileira. Além disso, o Banco passa a divulgar o informativo "Notas para Imprensa", com cerca de 45 tabelas contendo dados em diferentes recortes por setores, regiões, porte da empresa e participação dos desembolsos em relação ao PIB. Trimestralmente a divulgação será acompanhada por entrevista de especialista do Banco. As informações são divulgadas com base em um calendário pré-definido e ficam disponíveis em <http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/>;
- lançamento da Central de Downloads, que facilita o acesso a informações sobre operações e desembolsos do Sistema BNDES, disponibilizadas em formato de planilha eletrônica. São divulgados dados sobre operações de financiamento e de renda variável, estatísticas operacionais na comercialização de máquinas e equipamentos nacionais, por modalidade e produto, de apoio à exportação, para micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) e outras informações consolidadas do Sistema BNDES. As informações são divulgadas mensalmente, conforme calendário pré-definido e ficam disponíveis em <http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/>; e
- divulgação, no site, de informações sobre os investimentos da carteira de renda variável, abrangendo o período de 2007 a 2016. Entre as informações divulgadas, destacam-se as empresas nas quais o BNDES tem Acordo de Acionistas em vigor e representantes nos Conselhos de Administração e Fiscal. As informações são divulgadas trimestralmente e ficam disponíveis em <http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/>.

Com essas iniciativas, o BNDES se alinha às melhores práticas internacionais de governança e alcança um nível de detalhamento das informações superior ao exigido pela legislação brasileira.

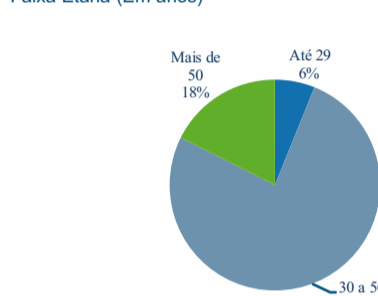
Também houve aumento de visualizações dos canais e perfis oficiais nas redes sociais online - o canal no YouTube (youtube.com/bndesgovbr) encerrou o ano com mais de meio milhão de visualizações acumuladas (503.548 no total). O canal registrou 2.239 inscritos no final de dezembro.

Ainda em 2016, o perfil do Banco no Twitter (@bndes_imprensa) ultrapassou a marca de 100 mil seguidores, registrando 166 mil ao final do ano. No Facebook (www.facebook.com/bndes.imprensa), o Banco passou a transmitir ao vivo as principais entrevistas coletivas realizadas e encerrou o ano com 53 mil curtidas na página.

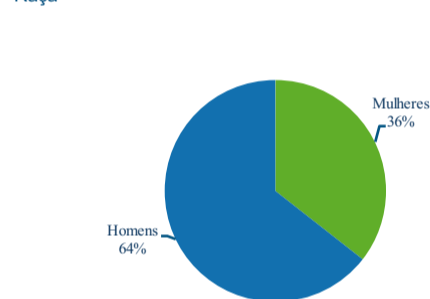
VIII. GESTÃO DE PESSOAS

O BNDES encerrou o ano de 2016 com 2.807 empregados e, devido às suas políticas de benefícios e de desenvolvimento de pessoal, continuou apresentando baixas taxas de rotatividade. Somente 2% dos empregados se desligaram no período.

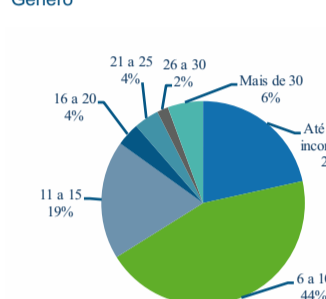
Perfil do Corpo Funcional Faixa Etária (Em anos)



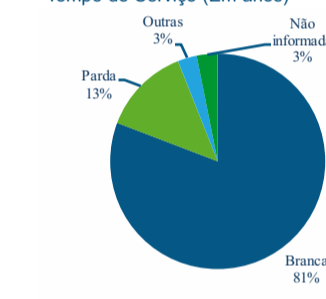
Raça



Gênero



Tempo de Serviço (Em anos)



Aprendizado e Conhecimento

No ano de 2016, o BNDES deu continuidade às ações de desenvolvimento pessoal e profissional dos empregados. Nesse período, impulsionado pela necessidade de promover o desenvolvimento de competências a fim de atender às crescentes demandas da organização, o Banco investiu aproximadamente R\$ 12,7 milhões em treinamentos, programas de certificação e de idiomas, além de cursos de pós-graduação, no Brasil e no exterior, totalizando 184.464 horas de treinamento, que resultou

em uma média de 66 horas de treinamento por empregado, com destaque para 50 novas participações de empregados em cursos de pós-graduação.

Em 2016, no segmento de treinamentos customizados, foram realizadas 79 turmas sobre os mais diversos temas, computando-se ao todo 1.549 inscrições em cursos com grande aderência entre conteúdo programático e demandas de trabalho. Destaca-se, o Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG) que, durante o ano, finalizou suas cinco turmas iniciais e iniciou outra turma, totalizando a participação de 206 gerentes. O curso, com duração de 100 horas, oferece uma abordagem prática e inclui temas como sustentabilidade, gestão pública, ética, estratégia e gestão de pessoas.

Programa de Estágio e Programa Jovem Aprendiz

O Programa de Estágio do BNDES proporciona oportunidade de desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional a estudantes de nível superior de variadas formações. A seleção dos estagiários é realizada por um agente de integração, parceiro na administração do Programa, que conta atualmente com 347 estagiários, que cumprem jornada de 4 horas diárias. O Programa oferece, além da bolsa-auxílio, auxílio-transporte, auxílio-refeição e assistência à saúde (médica e odontológica).

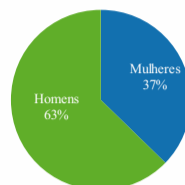
Além do Programa de Estágio, o BNDES também promove o Programa Jovem Aprendiz, que oferece formação técnico-profissional metódica aos adolescentes, visando sua inserção no mercado formal de trabalho e contribuindo, dessa forma, para a diminuição da principal causa do desemprego juvenil: a falta de experiência profissional. Os aprendizes devem ser maiores de 14 e menores de 18 anos e estar matriculados, no mínimo, no 9º ano do ensino fundamental.

Atualmente o Programa conta com 30 jovens aprendizes, distribuídos em diversos postos de trabalho, tais como Setor de Cópias, Gerência de Documentação, Biblioteca, Setor de Viagens, Centro de Estudos, dentre outros.

Valorização da Diversidade

O BNDES tem compromisso permanente com a eliminação de todas as formas de desigualdade e discriminação no seu ambiente de trabalho e nas instituições da sua cadeia de relacionamento.

Tal compromisso encontra-se em sua Missão, em sua Declaração de Valores, em seu Código de Ética e foi reafirmado recentemente por meio da edição de uma Política de Equidade de Gênero e Valorização da Diversidade. Ser reconhecido como uma empresa inclusiva, capaz de compreender e atender às necessidades da sociedade constitui uma das principais diretrizes dessa Política.



A distribuição das funções gratificadas entre os empregados do Sistema BNDES está em linha com o perfil de gênero de seu quadro de colaboradores, evidenciando tratamento equânime na distribuição dessas funções.

Como ações específicas desenvolvidas em 2016, destacam-se:

- Assinatura de Termo de Compromisso à implementação da 6ª Edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça;
- Participação no 1º Congresso Internacional da Associação Brasileira de Famílias Homoafetivas (ABRAFH);
- Parceiro cultural do 6º Rio Festival de Gênero e Sexualidade no Cinema (RioFGC 2016);
- Abono de até uma hora diária para empregados (as) com filho(a) com patologia grave limitante das funções orgânicas e do desenvolvimento neuropsicomotor, até a criança completar três anos;
- Aprovação da concessão de afastamento especial em caso de bebês prematuros (nascidos antes de 36 semanas e 6 dias de gestação) que necessitem de hospitalização. A duração deste afastamento é equivalente ao mesmo número de dias de internação entre o nascimento e a alta do bebê, limitado ao máximo de 120 dias, imediatamente após o término da licença maternidade e, limitado ao máximo de 30 dias, imediatamente após o término da licença paternidade;
- Aprovação do aditivo de contrato com o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE) para abranger a contratação de estagiários com deficiência, conjuntamente com a elaboração e validação do plano de implementação da inclusão desses estagiários, com início de um piloto na Área de Administração e Recursos Humanos;
- Divulgação da "Campanha do Laço Branco – Dia da Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência Contra as Mulheres" por meio da distribuição de bloco de notas, fita branca e lápis com a inscrição da campanha para empregados e terceirizados; e
- Realização de "Capacitação em Direitos Humanos para Minorias" em parceria com a Subsecretaria de Direitos Humanos do Governo do Estado do Rio de Janeiro com objetivo de sensibilizar, conscientizar e capacitar empregados do BNDES que trabalham ou estão envolvidos com as temáticas das minorias e dos Direitos Humanos.

IX. RATING

Agência de Rating	Emissão de longo prazo em moeda estrangeira		Emissão de longo prazo em moeda local	
	Rating escala global	Perspectiva	Rating escala global	Perspectiva
Moody's	Ba2	Negativa	Ba2	Negativa
S&P	BB	Negativa	BB	Negativa

X. CIRCULAR BACEN Nº 3.068/2001

O BNDES declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados como "Mantidos até o Vencimento" em 31/12/16, no montante de R\$ 8.150 milhões, o equivalente a 5,1% da carteira líquida de títulos e valores mobiliários.

XI. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação e o talento, que nos permitem alcançar resultados consistentes; aos nossos clientes, que nos motivam na incessante busca do desenvolvimento de nossos serviços; e ao mercado, pelo apoio e confiança indispensáveis.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Nota Explicativa	BNDES		CONSOLIDADO	
		2016	2015	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE		188.695.385	177.116.830	232.602.908	220.717.948
DISPONIBILIDADES		2.777	2.409	22.436	338.250
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	4	51.300.856	32.610.812	54.748.832	35.065.096
Aplicações em moedas estrangeiras	4.1	11.414.864	2.972.385	11.882.566	2.972.385
Aplicações em operações compromissadas	4.1	39.885.992	29.638.427	42.866.266	32.092.711
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	6	54.839.860	54.608.507	56.404.627	52.251.444
Cotas de fundos de investimento	6.1, 6.2 e 6.3	3.193.043	2.675.619	-	-
Títulos públicos	6.1 e 6.2	51.123.791	51.691.148	51.143.062	51.709.533
Títulos de renda fixa no exterior	6.1 e 6.2	5	6	173.548	194.827
Ações	6.1, 6.2 e 7.1	-	-	2.057.240	-
Debêntures disponíveis para venda	6.1, 6.2 e 6.5.1	501.615	239.255	3.006.815	270.032
Debêntures mantidas até o vencimento	6.1, 6.2 e 6.5.2	16.365	-	18.933	41.156
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Debêntures	6.1, 6.2 e 6.5.2	(164)	-	(176)	(206)
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.1, 6.2 e 6.6	5.205	2.479	5.205	2.479
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	6.1, 6.2 e 6.6	-	-	-	33.623
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		24.271.217	30.969.378	59.223.241	70.448.052
Créditos vinculados		49	59	49	59
Repasse interfinanceiros	5	24.322.625	31.015.459	59.432.632	70.614.502
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5	(51.457)	(46.140)	(209.440)	(166.509)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5	54.005.368	55.450.526	55.970.341	57.628.487
Operações de crédito		55.916.019	55.986.923	57.901.649	58.175.253
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(1.910.651)	(536.397)	(1.931.308)	(546.766)
OUTROS CRÉDITOS		2.701.752	1.311.499	4.658.876	2.821.919
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	5.9	-	-	358.223	238.286
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - venda a prazo de títulos e valores mobiliários	5.9	-	-	(66.960)	(2.879)
Direitos recebíveis	5.9	1.439	1.497	2.933	24.942
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Direitos recebíveis	5.9	(41)	(55)	(576)	(23.488)
Créditos tributários	16.2	1.408.406	416.588	2.513.159	912.957
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	16.3	4.829	1.362	653.571	517.325
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber		751.657	319.366	161.700	260.970
Devedores por depósito em garantia		97.019	112.218	117.821	123.436
Pagamentos a ressarcir		140.319	175.132	21.119	21.510
Diversos		298.124	285.391	897.886	748.860
OUTROS VALORES E BENS	9	1.573.555	2.163.699	1.574.555	2.164.700
Outros valores e bens		2.431	2.473	3.429	3.471
Despesas antecipadas		1.571.124	2.161.226	1.571.126	2.161.229
ATIVO NÃO CIRCULANTE		678.875.888	748.741.526	643.533.675	709.857.941
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		592.149.955	674.962.389	630.788.033	695.364.685
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	6	47.435.845	47.197.244	102.745.062	90.830.423
Ações	6.1, 6.2 e 7.1	17.272.294	8.107.046	62.278.303	36.228.288
Debêntures disponíveis para venda	6.1, 6.2 e 6.5.1	3.744.315	3.391.475	6.816.978	9.915.909
Debêntures mantidas até o vencimento	6.1, 6.2 e 6.5.2	3.115.048	2.935.839	8.357.314	8.958.909
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Debêntures	6.1, 6.2 e 6.5.2	(16.853)	(16.231)	(226.228)	(143.610)
Títulos públicos	6.1, 6.2	23.016.187	32.637.977	23.016.187	32.637.977
Títulos de renda fixa no exterior	6.1, 6.2	290.915	128.173	290.915	401.721
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.1, 6.2 e 6.6	13.939	12.965	13.939	12.965
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	6.1, 6.2 e 6.6	-	-	751.350	1.015.792
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	6.4	-	-	1.446.304	1.802.472
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	5	249.738.824	272.200.057	206.179.058	222.849.646
Repasse interfinanceiros		250.268.292	272.605.600	207.065.147	223.550.269
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(529.468)	(405.543)	(886.089)	(700.623)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5	276.947.703	332.457.742	289.544.368	344.451.816
Operações de crédito		286.745.808	335.673.747	299.466.693	347.724.923
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(9.798.105)	(3.216.005)	(9.922.325)	(3.273.107)
OUTROS CRÉDITOS		18.027.583	23.107.346	32.319.545	37.232.800
Créditos tributários	16.2	7.374.822	11.518.149	16.307.565	20.051.389
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	5.9	-	-	977.642	463.137
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - venda a prazo de títulos e valores mobiliários	5.9	-	-	(187.485)	(6.595)
Direitos recebíveis	5.9	11.414	9.676	176.126	76.567
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Direitos recebíveis	5.9	(345)	(352)	(166.015)	(67.211)
Créditos perante o Tesouro Nacional	20.2.1	1.877.938	3.543.329	5.560.062	7.834.177
Direitos a receber - Sistema Eletrobrás	8.1	8.579.958	7.847.347	8.579.958	7.847.347
Incentivos fiscais		178.683	189.197	416.316	427.330
Devedores por depósitos em garantia		-	-	649.647	605.659
Diversos		5.113	-	5.729	-
INVESTIMENTOS		86.588.875	73.644.298	12.607.414	14.356.916
Participações em controladas e coligadas	7.2	86.446.729	73.502.152	12.465.268	14.214.770
Participações em outras empresas	7.3	100.000	100.000	100.000	100.000
Outros investimentos	7.4	42.146	42.146	42.146	42.146
IMOBILIZADO DE USO		110.052	111.005	111.222	112.506
INTANGÍVEL		27.006	23.834	27.006	23.834
TOTAL DO ATIVO		867.571.273	925.858.356	876.136.583	930.575.889

	Nota Explicativa	BNDES		CONSOLIDADO	
		2016	2015	2016	2015
PASSIVO CIRCULANTE		52.340.427	46.321.567	47.285.566	41.839.179
OBRIGAÇÕES POR DEPÓSITOS		1.590.027	1.777.233	1.590.027	1.777.233
Depósitos especiais - FAT	11.2	1.589.702	1.776.908	1.589.702	1.776.908
Diversos		325	325	325	325
CAPTAÇÕES NO MERCADO		8.964.283	6.906.514	-	-
Obrigações por operações compromissadas	12	8.964.283	6.906.514	-	-
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		3.215	937	3.215	937
Recursos em trânsito de terceiros		3.215	937	3.215	937
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS DE CRÉDITO DO AGRONEGÓCIO		5.974.716	4.280.794	6.852.755	5.425.438
Debêntures	15	5.974.716	4.280.794	6.852.755	5.425.438
Letras de Crédito do Agronegócio	15.2	551.152	546.941	1.433.191	1.591.585
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES		9.520.240	14.727.510	9.520.240	14.721.389
Empréstimos no país	10	9.520.240	14.727.510	9.520.240	14.721.389
Empréstimos no exterior	10.1	423.619	430.087	423.619	430.087
Empréstimos sindicalizados e outros	10.1	4.180.488	7.262.614	4.180.488	7.256.493
Bônus		1.309.698	1.966.027	1.309.698	1.967.058
Repasse no país		2.870.790	5.296.587	2.870.790	5.289.435
Tesouro Nacional	10.1 e 20.2	2.775.422	4.552.476	2.775.422	4.552.476
Fundo da Marinha Mercante	10.1	1.519.084	2.835.676	1.519.084	2.835.676
Outros		1.255.528	1.710.838	1.255.528	1.710.838
Repasse no exterior - Instituições multilaterais	10.1	810	5.962	810	5.962
OUTRAS OBRIGAÇÕES		20.499.070	13.372.303	23.530.453	14.657.906
Fundos financeiros e de desenvolvimento	13	10.715.840	7.307.206	10.746.119	7.334.082
Fundo PIS/PASEP	13.1	4.391.980	2.233.690	4.391.980	2.233.690
Outros		6.323.860	5.073.516	6.354.139	5.100.392
Impostos e contribuições sobre o lucro	16.1	5.142.724	3.444.042	6.084.874	4.260.218
Outros impostos e contribuições		206.103	404.837	246.705	454.418
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		1.518.019	-	1.518.019	-
Provisões trabalhistas e cíveis	17	435	190	434	1.168
Passivo atuarial - FAPES	18	50.320	43.687	67.112	58.282
Vinculadas ao Tesouro Nacional	20.2.3	-	122	890	5.177
Impostos e contribuições diferidos	16.2	553.962	2.794	996.303	160.091
Passivo atuarial - FAMS	18	39.507	28.176	57.242	43.277
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.6	897.790	554.798	897.790	554.798
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	6.6	-	-	1.466.277	-
Obrigações por depósitos a apropriar	13.2	68.829	78.584	99.766	108.665
Aquisição a prazo de títulos e valores mobiliários		-	-	-	96.000
Diversas	13.3	1.305.541	1.507.867	1.348.922	1.581.730
DIVIDAS SUBORDINADAS		5.788.876	5.256.276	5.788.876	5.256.276
FAT constitucional	11.1	5.788.876	5.256.276	5.788.876	5.256.276
Outras dívidas subordinadas		5.788.876	5.256.276	5.788.876	5.256.276
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		760.054.803	848.543.502	773.674.974	857.743.423
OBRIGAÇÕES POR DEPÓSITOS		11.492.155	13.036.632	11.492.155	13.036.632
Depósitos especiais - FAT	11.2	11.492.155	13.036.632	11.492.155	13.036.632
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS DE CRÉDITO DO AGRONEGÓCIO		5.202.386	6.348.296	6.999.151	8.757.948
Debêntures	15.1	3.110.840	3.583.665	4.907.605	5.993.317
Letras de Crédito do Agronegócio	15.2	2.091.546	2.764.631	2.091.546	2.764.631
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES		457.718.118	556.131.446	457.718.118	556.156.816
Empréstimos no país	10.1	4.045.613	4.602.007	4.045.613	4.602.007
Empréstimos no exterior	10.1	15.790.077	24.143.544	15.790.077	24.168.914
Empréstimos sindicalizados e outros		-	776.240	-	1.165.115
Bônus		15.790.077	23.367.304	15.790.077	23.003.799
Repasse no país		420.381.596	504.751.036	420.381.596	504.751.036
Tesouro Nacional	10.1 e 20.2	401.993.642	484.288.717	401.993.642	484.288.717
Fundo da Marinha Mercante	10.1	18.386.794	20.460.437	18.386.794	20.460.437
Outros		1.160	1.882	1.160	1.882
Repasse no exterior - Instituições multilaterais	10.1	17.500.832	22.634.859	17.500.832	22.634.859
OUTRAS OBRIGAÇÕES		35.530.496	35.819.187	47.353.902	42.584.085
Fundos financeiros e de desenvolvimento	13	30.755.929	31.643.964	30.755.929	31.643.964
Fundo PIS/PASEP	13.1	30.576.995	31.498.570	30.576.995	31.498.570
Outros		178.934	145.394	178.934	145.394
Passivo atuarial - FAPES	18	2.417.687	1.286.202	2.926.493	1.618.046
Provisões trabalhistas e cíveis	17	57.274	47.763	1.269.616	1.142.979
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.6	708.683	1.613.357	708.683	1.613.357
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	6.6	-	-	129.518	1.587.177
Passivo atuarial - FAMS	18	1.589.266	1.146.569	1.994.268	1.403.997
Impostos e contribuições diferidos	16.2	-	80.176	9.562.085	3.550.898
Aquisição a prazo de títulos e valores mobiliários		-	-	5.653	22.612
Diversas	13.3	1.657	1.156	1.657	1.156
DIVIDAS SUBORDINADAS		213.861.226	200.595.043	213.861.226	200.595.044
FAT Constitucional	11.1	213.861.226	200.595.043	213.861.226	200.595.044
Outras dívidas subordinadas		168.209.390	167.778.312	168.654.591	168.929.479
Elegível a capital		45.651.836	32.816.731	45.206.635	31.665.565
INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS AO CAPITAL PRINCIPAL		36.250.422	36.612.898	36.250.422	36.612.898
Secretaria do Tesouro Nacional	14	36.250.422	36.612.898	36.250.422	36.612.898
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		55.176.043	30.993.287	55.176.043	30.993.287
Capital social	19	36.340.506	36.340.506	36.340.506	36.340.506
Reservas de lucros		11.621.111	6.938.284	11.621.111	6.938.284
Reserva legal		3.169.396	2.849.813	3.169.396	2.849.813
Reserva de incentivos fiscais		201.355	201.355	201.355	201.355
Reserva para futuro aumento de capital		3.018.705	2.107.894	3.018.705	2.107.894
Reserva para margem operacional		5.231.655	1.779.222	5.231.655	1.779.222
Ajustes de avaliação patrimonial		7.214.426	(12.285.503)	7.214.426	(12.285.503)
De ativos próprios		7.470.520	(12.986.468)	7.470.520	(12.986.468)
De ativos de coligadas e controladas		(256.094)	700.965	(256.094)	700.965
TOTAL DO PASSIVO		867.571.273	925.858.356	876.136.583	930.575.889

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota Explicativa	BNDES			CONSOLIDADO	
		2º semestre de 2016	2016	2015	2º semestre de 2016	2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		41.610.943	60.225.223	99.244.441	43.957.075	105.342.422
Operações de crédito e repasses interfinanceiros						
. Moeda nacional		22.416.282	44.251.279	39.462.466	20.506.176	39.996.075
. Moeda estrangeira		4.111.514	(13.234.019)	43.266.844	4.302.652	(12.947.945)
Resultado com títulos e valores mobiliários		12.830.186	24.663.075	12.195.030	13.516.249	26.390.307
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional		1.719.304	3.536.948	3.499.269	5.098.341	10.828.560
Rendas de administração de fundos e programas		533.657	1.007.940	820.832	533.657	1.007.940
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(34.688.736)	(47.399.052)	(84.816.607)	(35.063.726)	(48.584.784)
Captação no mercado - financiamentos e repasses						
. Moeda nacional		(27.599.273)	(53.850.752)	(44.893.341)	(27.679.712)	(54.367.200)
. Moeda estrangeira		(2.017.768)	12.457.729	(41.093.112)	(2.058.078)	12.316.844
Resultados com instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.6.3	(216.763)	2.973.480	1.956.034	(207.425)	3.012.972
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional		(77)	(4.542)	(2.138)	(430)	(5.507)
Resultado de provisão para risco de crédito	5.10	(4.462.151)	(8.581.846)	(1.340.494)	(4.717.984)	(9.156.177)
Reversão (constituição) de provisão		(4.570.576)	(8.838.445)	(1.809.086)	(4.827.434)	(9.486.182)
Recuperação de créditos baixados		108.425	256.599	468.592	109.450	330.005
Resultado da carteira de câmbio		(392.704)	(393.121)	556.444	(400.097)	(385.716)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.11	6.922.207	12.826.171	14.427.834	8.893.349	16.690.153
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		1.240.222	(3.516.181)	(4.812.908)	(862.528)	(7.690.081)
Resultado com equivalência patrimonial	7	2.998.369	213.057	620.579	1.055.321	857.741
Atualização monetária líquida de ativos e passivos - SELIC		363.136	736.964	867.182	387.508	773.024
Amortização de ágio		-	-	-	(32.070)	(49.677)
Reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos	7	(9.105)	(798.714)	(3.231.199)	(166.266)	(5.316.683)
Receita de dividendos	7	-	-	-	151.828	400.266
Receita de juros sobre o capital próprio	7	-	-	1.789	154.136	161.716
Resultado com alienações de títulos de renda variável	7	-	-	542	277.905	896.444
Resultado com instrumentos financeiros derivativos - renda variável	6.6.3	-	-	-	181.950	(458.650)
Resultado com fundos de investimento em participações societárias		-	-	-	(71.184)	(146.915)
Outras rendas (despesas) sobre participações societárias		-	-	-	(57.996)	225.153
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas e cíveis	17	(36.903)	(37.588)	(24.480)	(100.476)	(154.180)
Despesas tributárias		(538.933)	(958.544)	(886.170)	(686.047)	(1.264.295)
Despesas com pessoal		(621.571)	(1.181.833)	(1.044.420)	(900.820)	(1.695.360)
Despesas administrativas		(177.404)	(382.896)	(358.302)	(242.092)	(525.088)
Outras receitas operacionais		23.980	42.901	34.592	70.862	123.520
Outras despesas operacionais		(761.347)	(1.149.528)	(793.021)	(885.087)	(1.517.097)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		8.162.429	9.309.990	9.614.926	8.030.821	9.000.072
Imposto de renda	16	(2.096.101)	(3.799.463)	(2.896.308)	(2.588.682)	(4.810.479)
Contribuição social	16	(1.754.887)	(3.184.671)	(1.962.074)	(2.067.983)	(3.805.138)
Impostos e contribuição social diferidos - constituição líquida de realização	16	4.416.039	4.227.697	1.635.725	5.426.060	6.241.834
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO SOBRE O LUCRO		8.727.480	6.553.553	6.392.269	8.800.216	6.626.289
Participação nos resultados		(161.895)	(161.895)	(193.743)	(234.631)	(234.631)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		8.565.585	6.391.658	6.198.526	8.565.585	6.391.658
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO POR AÇÃO (REAIS / AÇÃO)		1,365314	1,018800	0,988016		

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Reservas de lucros						Ajustes de avaliação patrimon	
--	--------------------	--	--	--	--	--	-------------------------------	--

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	BNDES			CONSOLIDADO		
	2º semestre de 2016	31/12/2016	31/12/2015	2º semestre de 2016	31/12/2016	31/12/2015
Atividades operacionais						
Lucro líquido (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social e da participação nos resultados	8.162.429	9.309.990	9.614.926	8.030.821	9.000.072	9.768.354
Ajustes que não afetam o caixa das atividades operacionais	2.205.766	9.778.042	5.498.054	4.443.572	15.866.603	10.871.886
Constituição (reversão) da provisão para redução no valor recuperável	4.462.151	8.581.846	1.340.494	4.717.984	9.156.177	1.468.398
Constituição (reversão) das provisões trabalhistas e cíveis	36.903	37.588	24.480	100.475	154.179	191.326
Resultado de participações em coligadas	(2.998.369)	(213.057)	(620.579)	(1.055.322)	(857.742)	(1.310.374)
Ajuste ao valor justo de títulos e valores mobiliários	-	-	-	(159.618)	(159.618)	(933.755)
Amortização de ágio	-	-	-	32.070	49.677	-
Juros e atualização monetária e juros das obrigações por emissão de debêntures	695.343	1.353.167	1.501.625	809.300	1.721.259	1.392.883
Depreciação	9.738	18.498	20.835	14.367	27.338	32.581
Constituição (reversão) da provisão para perdas de investimentos	-	-	3.231.199	166.266	5.316.683	9.736.241
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(181.950)	458.650	294.586
Varição de ativos e obrigações	(42.267.450)	(13.495.056)	(11.407.105)	(42.819.910)	(17.900.756)	(20.273.088)
. (Aumento) / redução líquido em créditos por financiamento	42.404.233	77.531.045	(34.829.016)	31.221.740	74.916.348	(45.655.443)
. (Aumento) / redução líquido em títulos e valores mobiliários	16.063.454	14.426.096	(4.292.782)	17.002.260	16.033.463	(4.661.689)
. (Aumento) / redução líquido nas demais contas do ativo	(857.630)	787.867	3.630.031	176.996	1.911.294	16.841.648
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	(84.420.001)	(93.460.564)	50.761.863	(84.437.043)	(93.492.142)	48.638.434
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por operações compromissadas	(9.976.204)	2.057.769	(16.806.523)	(22.950)	-	(23.082.530)
. Aumento / (redução) líquido nas demais contas do passivo	(618.772)	(1.563.419)	(391.197)	(1.706.031)	(2.747.405)	(1.188.036)
. Juros pagos de empréstimos e repasses	(3.847.810)	(8.001.909)	(7.589.864)	(3.842.388)	(7.986.176)	(7.726.507)
. IR e CSLL pagos	(1.014.720)	(5.271.941)	(1.889.617)	(1.212.494)	(6.536.138)	(3.438.965)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de operacionais	(31.899.255)	5.592.976	3.705.875	(30.345.517)	6.965.919	367.152
Atividades de investimentos						
. Adições ao imobilizado	(3.951)	(15.899)	(38.525)	(4.038)	(16.095)	(38.525)
. Adições ao intangível	(9.637)	(13.129)	(4.983)	(9.637)	(13.129)	(4.983)
. Baixas do imobilizado	-	-	662	-	-	992
. Compra de investimento	-	-	-	-	(90.939)	(266.586)
. Venda de investimentos	-	-	-	462.024	463.461	1.550.926
. Recebimento de dividendos de coligadas	350.292	350.292	3.343.056	99.595	530.118	946.307
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	336.704	321.264	3.300.210	547.944	873.416	2.188.131
Atividades de financiamentos						
. Aumento em obrigações por dívidas subordinadas	6.761.383	13.798.783	27.199.519	6.761.383	13.798.783	27.199.519
. Pagamento de juros sobre capital próprio	-	-	(2.386.950)	-	-	(2.386.950)
. Dividendos pagos	(217.455)	(217.455)	(2.585.048)	(217.455)	(217.455)	(2.585.048)
. Captações por emissão de letras de crédito do agronegócio	-	3.981.026	5.973.808	-	3.981.026	5.973.808
. Amortização das obrigações por emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	(2.599.571)	(4.017.549)	(1.363.472)	(2.599.571)	(4.017.549)	(1.363.472)
. Amortização das obrigações por emissão de debêntures	(383.742)	(768.632)	(6.825.946)	(1.491.812)	(2.016.218)	(1.868.747)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	3.560.615	12.776.173	20.011.911	2.452.545	11.528.587	24.969.110
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(28.001.936)	18.690.413	27.017.996	(27.345.028)	19.367.922	27.524.393
Início do exercício	79.305.570	32.613.221	5.595.224	82.116.296	35.403.346	7.878.953
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	79.305.570	32.613.221	5.595.224	82.116.296	35.403.346	7.878.953
Final do exercício	51.303.634	51.303.634	32.613.220	54.771.268	54.771.268	35.403.346
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	51.303.634	51.303.634	32.613.220	54.771.268	54.771.268	35.403.346
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(28.001.936)	18.690.413	27.017.996	(27.345.028)	19.367.922	27.524.393

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	BNDES			CONSOLIDADO		
	2º semestre de 2016	2016	2015	2º semestre de 2016	2016	2015
RECEITAS	37.535.918	52.423.241	98.918.163	40.243.284	57.728.878	107.489.076
Intermediação financeira	41.610.943	60.225.223	99.356.330	43.957.075	65.274.937	105.454.311
Outras receitas	387.126	779.864	902.327	1.004.193	1.610.118	3.503.163
Reversão (constituição) de provisão para redução no valor recuperável	(4.462.151)	(8.581.846)	(1.340.494)	(4.717.984)	(9.156.177)	(1.468.398)
DESPESAS	(31.024.841)	(40.004.322)	(84.405.515)	(31.578.517)	(41.347.103)	(86.627.148)
Intermediação financeira	(30.226.585)	(38.817.206)	(83.588.002)	(30.345.742)	(39.428.607)	(85.295.129)
Outras despesas	(798.256)	(1.187.116)	(817.513)	(1.232.775)	(1.918.496)	(1.332.019)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(148.241)	(1.105.453)	(3.511.865)	(355.198)	(5.734.140)	(10.127.338)
Materiais, energia e outros	(30.943)	(60.380)	(64.409)	(36.601)	(73.363)	(80.509)
Serviços de terceiros	(108.193)	(246.359)	(216.257)	(152.331)	(344.094)	(310.587)
Perda de valores ativos	(9.105)	(798.714)	(3.231.199)	(166.266)	(5.316.683)	(9.736.242)
VALOR ADICIONADO BRUTO	6.362.836	11.313.466	11.000.783	8.309.569	10.647.635	10.734.590
RETENÇÕES	(9.738)	(18.498)	(20.835)	(14.367)	(27.338)	(32.581)
Depreciação	(9.738)	(18.498)	(20.835)	(14.367)	(27.338)	(32.581)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (RETIDO)/PRODUZIDO PELA ENTIDADE	6.353.098	11.294.968	10.979.948	8.295.202	10.620.297	10.702.009
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	2.998.369	213.057	622.368	1.361.285	1.419.723	1.922.559
Resultado de equivalência patrimonial	2.998.369	213.057	620.579	1.055.321	857.741	1.310.375
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	1.789	305.964	561.982	612.184
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	9.351.467	11.508.025	11.602.316	9.656.487	12.040.020	12.624.568
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	9.351.467	11.508.025	11.602.316	9.656.487	12.040.020	12.624.568
Pessoal e encargos	543.560	1.037.198	915.741	784.587	1.481.260	1.403.149
- Remuneração direta	344.862	675.990	605.450	496.609	957.952	926.097
- Benefícios	172.890	310.709	265.618	250.575	450.121	408.324
- FGTS	25.819	50.332	44.257	37.419	72.945	68.088
- Outros	(11)	167	416	(16)	242	640
Impostos, taxas e contribuições	60.108	3.872.404	4.247.343	41.620	3.866.228	4.651.435
- Federais	53.461	3.853.355	4.223.558	34.585	3.843.945	4.624.152
- Estaduais	19	19	18	27	27	28
- Municipais	6.628	19.030	23.767	7.008	22.256	27.255
Aluguéis	20.319	44.870	46.963	30.064	66.243	73.392
Participação nos resultados	161.895	161.895	193.743	234.631	234.631	298.066
Juros sobre capital próprio e dividendos	1.518.019	1.518.019	3.342.348	1.518.019	1.518.019	3.342.348
Lucros (prejuízos) retidos	7.047.566	4.873.639	2.856.178	7.047.566	4.873.639	2.856.178

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Esteves Pedro Colnago Junior – Presidente
 Andrea Sandro Calabi
 Carlos Márcio Bicalho Cozendey
 Daniel Sigelmann
 Jorge Saba Arbache Filho
 Mansueto Facundo de Almeida Junior
 Natália Marcassa de Souza
 Walter Baere de Araujo Filho
 William George Lopes Saab

CONSELHO FISCAL:

Christiane Dias Ferreira
 Marco Antônio de Oliveira
 Vinicius Mendonça Neiva
 Francisco Arruda Vieira de Melo Filho – Suplente
 Priscila Grecov – Suplente

COMITÊ DE AUDITORIA:

Atílio Guaspari
 Eustáquio Coelho Lott
 Paulo Roberto Vales de Souza

DIRETORIA:

Maria Sílvia Bastos Marques – Presidente
 Cláudia Pimentel Trindade Prates
 Claudio Coutinho Mendes
 Eliane Aleixo Lustosa de Andrade
 Marcelo de Siqueira Freitas
 Marilene de Oliveira Ramos Múrias dos Santos
 Ricardo Baldin
 Ricardo Luiz de Souza Ramos
 Vinicius do Nascimento Carrasco

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE CONTROLADORIA

Vânia Maria da Costa Borgerth - CRC-RJ 064817/O-3

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE RELATÓRIOS SOCIETÁRIOS

Alexandre Cordeiro de Andrade - CRC-RJ 080694/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES Brasília - DF

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("Banco"), identificadas como BNDES e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo da Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do Banco em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 7.12, a administração do Banco manteve registrado na conta de ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2015, um ajuste negativo no montante de R\$ 2,7 bilhões, líquido dos efeitos tributários, correspondente a perda de caráter permanente em certos investimentos em ações, classificadas na categoria disponível para venda conforme requerido pela Resolução nº 4.175/12 do Conselho Monetário Nacional. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que tem por objetivo a apresentação adequada da posição patrimonial e financeira, do desempenho operacional e dos fluxos de caixa, requerem que as perdas de caráter permanente sejam reconhecidas no resultado do período em que ocorrerem. Em 31 de dezembro de 2015, o montante de perda considerada de caráter permanente, líquida dos efeitos tributários, mantida no patrimônio líquido era de R\$ 2,7 bilhões. Consequentemente, o lucro líquido individual e consolidado do semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2015 estava apresentado a maior em R\$ 1,8 bilhão e R\$ 2,7 bilhões, respectivamente, após efeitos tributários. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2015 conteve modificação pelo motivo acima exposto. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do semestre e exercício corrente também inclui modificação em decorrência do efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do semestre e exercício corrente e valores correspondentes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Em decorrência do assunto descrito na Seção "Base para opinião com ressalva", concluímos que as outras informações também apresentam

distorção relevante pela mesma razão com relação aos valores e outros aspectos descritos na referida seção. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Lino Martins da Silva Junior
Contador CRC RJ-083314/O-7



RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

1- INTRODUÇÃO

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social, por meio do Decreto nº 5.212, de 22 de setembro de 2004, teve o seu Estatuto Social alterado para o fim de instituir o Comitê de Auditoria. Posteriormente, por meio do Decreto nº 6.322, de 21 de dezembro de 2007, alterou novamente seu Estatuto Social para adaptar a composição do Comitê de Auditoria ao que estabelece a Resolução nº 3.416, de 24 de outubro de 2006, do Conselho Monetário Nacional.

Conforme faculta o *caput* do artigo 11, da Resolução nº 3.198, do Banco Central do Brasil, de 27 de maio de 2004, foi adotado o formato de comitê único para as empresas que compõem o Sistema BNDES.

O Comitê reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, é composto por três membros, tem independência no exercício de suas atribuições e sua atuação é permanente.

O Comitê reúne-se ordinariamente, uma vez por trimestre, e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Para as avaliações que requerem maior grau de aprofundamento, bem como análise de documentação e de procedimentos, um de seus membros realiza esse trabalho de campo e depois reporta aos demais membros do Comitê.

2- ATIVIDADES

Durante o exercício de 2016, ocorreram reuniões do Comitê de Auditoria, ou de um de seus membros, com executivos e dirigentes do Sistema BNDES, seja para tratar de aspectos gerais relacionados a controles internos, seja para tratar de questões específicas.

Entre as matérias que vêm sendo tratadas no âmbito do Comitê, destacam-se:

- evolução e desenvolvimento das atividades relacionadas à Gestão de Risco, desempenhadas por uma unidade específica, denominada de Área de Gestão de Risco, bem como pelo Comitê de Gestão de Riscos constituído por membros da Diretoria do Sistema BNDES;
- desenvolvimento de projeto de reformulação operacional conjunta com a plataforma de Tecnologia de Informação, que objetiva obter uma maior integração entre processos e tecnologia; aumentar a flexibilidade, com segurança; e favorecer a eficiência e agilidade operacional. Esse projeto, de Gestão Integrada de Recursos, denominado de AGIR, é conduzido por uma secretaria executiva, e conta com o suporte de uma consultoria externa;
- atividades da Ouvidoria, que passou por um processo de reformulação e aprimoramento;
- procedimentos relacionados à aplicação das normas internacionais de elaboração de demonstrações financeiras *International Financial Reporting Standards* (IFRS);
- avaliação e acompanhamento das medidas tomadas no âmbito do Sistema BNDES para aprimorar o controle das operações de crédito agrícola, conduzidas por agentes financeiros, quando das alterações de suas condições contratuais (renegociações) por conta de decisões emanadas pelo Conselho Monetário Nacional;
- acompanhamento da evolução do Planejamento Estratégico;
- estrutura da rentabilidade das operações do Sistema, tanto no que diz respeito às operações de empréstimos e financiamentos como nas operações no mercado de capitais;
- acompanhamento dos trabalhos relativos à estrutura de gerenciamento de capital e ao Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (*Internal Capital Adequacy Assessment Process - Icaap*), conforme previsto na Resolução BACEN nº 3.988, de 30 de junho de 2011;
- acompanhamento dos estudos relacionados ao Patrimônio de Referência e das variáveis e políticas, como a distribuição de dividendos, que afetam esse Patrimônio, bem como os riscos de não cumprimento do cronograma de enquadramento ao limite de exposição por cliente, em particular da Petrobrás, nos termos da Resolução CMN nº 4.430/15;
- avaliação de riscos relacionados a operações de financiamento de bens e serviços no exterior;
- acompanhamento do atendimento às demandas formuladas, pela Câmara dos Deputados, no âmbito de Comissão Parlamentar de Inquérito, que teve por objeto o BNDES, instalada em agosto de 2015 e encerrada em fevereiro de 2016; e
- acompanhamento da evolução de processos judiciais relevantes.

O Comitê de Auditoria reuniu-se também com os representantes da KPMG, empresa que presta serviços de auditoria independente para o Sistema BNDES. Nessas reuniões foram analisados e discutidos os relatórios e pareceres emitidos pela empresa de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, suas subsidiárias a BNDES Participações S/A – BNDESPar e a Agência Especial de Financiamento Industrial – Finame e dos fundos administrados pelo BNDES.

As reuniões com os auditores independentes ocorreram quando da análise das demonstrações do exercício findo em 2015, bem como quando da análise das demonstrações trimestrais (primeiro e terceiro trimestres), do primeiro semestre e do exercício de 2016.

Desde 2010, a BNDESPar apresenta suas demonstrações financeiras segundo os critérios do *International Financial Reporting Standards* – IFRS, de conformidade com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, em atenção ao que dispõem as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e de conformidade com as normas e procedimentos contábeis aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Com relação às demonstrações do BNDES, individual e consolidada, suas normas são estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN. Ocorre que o BACEN ainda não homologou todos os pronunciamentos contábeis, que regulamentam as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para as instituições financeiras. Não obstante, a Administração do BNDES optou por já incorporar todos os aspectos desses pronunciamentos em não sejam conflitantes com as normas bancárias, de forma a reduzir as diferenças de práticas contábeis. Adicionalmente, o BNDES tem obrigação de divulgar suas demonstrações financeiras anuais segundo os critérios do *International Financial Reporting Standards* – IFRS. Essa divulgação se dá no site do BNDES.

A adoção do IFRS, no âmbito do Sistema BNDES, trouxe, como mudança mais significativa, a alteração do critério de contabilização do investimento em participações societárias que não se caracterizam como investimentos em coligadas. Entre os títulos constantes dessa carteira, destacam-se as ações da Petrobrás, do Grupo Vale e da Eletrobrás.

Esses investimentos passaram a ser classificados como instrumentos financeiros disponíveis para venda, no grupo de Títulos e Valores Mobiliários, e sua contabilização passou a ser pelo método do valor justo, com contrapartida das variações em conta do Patrimônio Líquido - PL. Essa mudança acarretou, no exercício de sua adoção (2010), uma grande majoração no valor da carteira (R\$ 43,3 bilhões) e no PL (R\$ 29,4 bilhões), e, para os exercícios seguintes, uma volatilidade nas contas envolvidas.

No exercício de 2015, esta carteira sofreu uma desvalorização de R\$ 8,8 bilhões acompanhando as cotações da Bolsa de valores, contribuindo assim, para uma redução de R\$ 5,2 bilhões, líquidos dos efeitos tributários, no Patrimônio Líquido, na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial.

Por outro lado, no exercício de 2016, como reflexo da recuperação do mercado de renda variável, a carteira de Investimentos em não coligadas sofreu uma valorização acumulada de R\$ 28,1 bilhões, contribuindo para um aumento de R\$ 17,5 bilhões no Patrimônio Líquido, já expurgados os efeitos tributários, na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial.

O parecer da KPMG, relativo ao exercício de 2016, foi emitido com ressalva sobre a comparabilidade dos valores em relação ao exercício de 2015, decorrente do disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional de nº 4.175/12. A Resolução excepcionaliza o tratamento contábil relativo ao ajuste a valor de mercado, *impairment*, das ações recebidas pelo Sistema BNDES em transferência da União, para aumento de capital, e classificadas na categoria "Disponível para Venda".

Segundo referida Resolução, aquele ajuste deve ser apresentado em conta destacada no Patrimônio Líquido, denominada "Ajuste de Avaliação Patrimonial", incluindo as perdas que forem consideradas permanentes, e transitarem pelo Resultado do exercício apenas quando da venda ou transferência desses títulos.

Por outro lado, as práticas contábeis, adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que têm por objetivo a apresentação adequada da posição patrimonial e financeira, do desempenho operacional e dos fluxos de caixa, requerem que as perdas de caráter permanente sejam reconhecidas no Resultado do período em que ocorrerem.

Nas demonstrações de 31 de dezembro de 2016 foi registrado na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, um ajuste negativo no montante de R\$ 555 milhões líquido de efeitos tributários, correspondente à perda de caráter permanente em investimentos relativos a três emissores, cujas ações estão classificadas na categoria disponível para venda, conforme requerido pela Resolução nº 4.175/12 do Conselho Monetário Nacional - CMN. Nos exercícios de 2015 e de 2014 ocorreram ajustes de igual natureza, nos montantes de R\$ 2,7 bilhões e R\$ 1,6 bilhão, respectivamente.

PARECER N.º 01/2017 – CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (CNPJ: 33.657.248/0001-89 e NIRE 535.0000.0372), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 25, III, do Estatuto do BNDES, c/c Art. 163, VI e VII da Lei Nº 6.404/76, examinou o Relatório de Administração, bem como as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2016 e, com base em seu exame e no Parecer dos Auditores Externos KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, de 06/03/17, é de opinião que os referidos documentos societários representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BNDES em 31/12/16, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado às operações, correspondentes ao exercício encerrado naquela data, e estão de acordo com as práticas contábeis emitidas pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Na mesma ocasião, o Conselho Fiscal também examinou a proposta de destinação do lucro do exercício (R\$ 6.391.658.123,47) já contemplada nas demonstrações financeiras, com a qual concorda, a seguir discriminada:

- 5%, correspondentes a R\$ 319.582.906,17 (trezentos e dezenove milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, novecentos e seis reais e dezessete centavos), para a constituição da Reserva Legal;
- 25%, após constituição da Reserva Legal, a título de dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$ 1.518.018.804,33 (um bilhão, quinhentos e dezoito milhões, dezoito mil, oitocentos e quatro reais e trinta e três centavos);

- 15%, após constituição da Reserva Legal, no valor de R\$ 910.811.282,60 (novecentos e dez milhões, oitocentos e onze mil, duzentos e oitenta e dois reais e sessenta centavos), para a constituição de Reserva para Futuro Aumento de Capital; e
- R\$ 3.643.245.130,37 (três bilhões, seiscentos e quarenta e três milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, cento e trinta reais e trinta e sete centavos), equivalentes ao saldo remanescente do lucro acumulado no exercício, para a constituição de Reserva de Margem Operacional.

Rio de Janeiro (RJ), 08 março de de 2017

Christianne Dias Ferreira
Marcos Jorge de Lima
Vinícius Mendonça Neiva